

As bases geográficas e étnicas da nova carta política da Europa

Ainda não está definitivamente traçada a nova carta política da Europa. Há territórios em que os resultados de plebiscitos terão ainda de fixar as nacionalidades respectivas, e alguns desses plebiscitos estão marcados para datas ainda bastante remotas. Há correcções a fazer em várias fronteiras e há mesmo tractos vastos de terreno em litígio. Mas há sobretudo ainda o grande, o imenso enigma russo, há quasi toda a Europa oriental em estado de equilíbrio instável sob o ponto de vista político como sob o ponto de vista social.

Em tais condições é cedo ainda para se formular um juízo rigoroso sobre o valor geográfico das novas demarcações dos Estados europeus. A consciência do carácter provisório de certas fronteiras e até de certos Estados, ditou sem dúvida a indecisão e mesmo as lacunas com que surgem à publicidade os mapas geográficos editados depois da última guerra. Então nesse ponto os atlas alemães são dum laconismo tão irónico como conciliável com os seus interesses nacionais de vencidos. O grande Atlas de Stieler de 1920 não alude sequer a alguns novos Estados independentes; pode dizer-se que se limita a marcar as novas áreas territoriais da Alemanha e da Áustria, deixando o resto em claro sob o ponto de vista da jurisdição política. Pelo que particularmente diz respeito às colónias pode afirmar-se que os revisores desta edição do referido Atlas se limitaram a, sobre as chapas de impressão das cartas, raspar os coloridos indicativos do domínio germânico, deixando essas áreas em branco. É possível e mesmo natural que tais omissões sejam em grande parte o resultado das dificuldades materiais no traçado de cartas novas, mas é

verdadeiro Estatuto da Paz sairá duma futura conferência em que os vencidos terão também voz. ⁽¹⁾

Só, pois, com as reservas que o carácter provisório de algumas demarcações feitas, e mesmo porventura de alguns dos novos Estados, nos impõe, Ousamos fazer diversas considerações sobre os recentes aspectos que a Europa nos apresenta sob o ponto de vista da sua geografia política,

Utilisámos múltiplos dados documentares para o conhecimento da divisão política realizada e para a sua crítica. É possível que através desses documentos alguma noção menos exacta se nos tenha infiltrado no espírito. É também possível que, a despeito da leitura das publicações periódicas, maiores ou menores modificações territoriais se tenham feito escapando ao nosso conhecimento. Mas nem tais noções nem essas possíveis modificações prejudicarão essencialmente — assim o esperamos — os pontos de vista que se seguem, inspirados num critério imparcial e sereno, isto é, sem qualquer inclinação política ou nacional.

AS MODIFICAÇÕES FEITAS

As modificações feitas na carta política da Europa (2) pelos tratados de paz de Versailles, Saint Germain, Neuilly, Trianon e Sevres e por acordos entre os próprios aliados, como o de Rapallo, são de diferentes ordens: aumentos territoriais de alguns Estados com a consequente redução d'outros; criação de novos Estados à custa de outros; estabelecimento de zonas submetidas a plebiscitos, a curto prazo ou a distância, ficando algumas sob a administração da Sociedade das Nações ou confiadas ao mandato provisório de determinadas nações vencedoras. Restam mesmo algumas regiões sobre cuja nacionalidade se não tornou resolução, como Memel (na Lituânia, a noroeste da Prússia Oriental), a Albânia, a Trácia Ocidental, quasi toda a Rússia.

(1) O. Sauvebois—*La Reconstruction de l'Europe*—"La Revue Mondiale" n.º 21, Paris, 1920, p. 13.

(2) Os principais trabalhos de conjunto, que consultámos, foram: Roberto Lambel —*L'Europe de 1919*—"L'Illustration", de 31 de Janeiro de 1920, p. 79 e segs., com uma carta fora do texto; John Mc Farlane—*Geographers and the Reconstruction of Europe*—"Nature" vol. 106, Lon-

O aspecto principal da nova geografia política europeia é o da fragmentação dos Estados vencidos e o da formação de numerosos Estados novos. O antigo império austro-húngaro e a Rússia foram os países cujos territórios mais extensos desmembramentos sofreram. Sobretudo da extensão e da grandeza do primeiro nada mais restam do que alguns Estados independentes e retalhos entregues a outras nações, Estados e retalhos cada um dos quais está longe de se aproximar, em área e população, do extinto colosso austro-húngaro, que que se estendia numa superfície de 625.000 kmq. e abrigava uma população de 50 milhões de habitantes. A Áustria de hoje — ruína insignificante de passada grandeza — tem apenas 83.000 kmq. e 6.300.000 almas, quer dizer quasi a mesma população que Portugal, e uma superfície ainda inferior, pois a de Portugal continental é de cerca de 89.000 kmq.

O desmembramento russo também é considerável, apesar de uma enorme parte do território, especialmente a Grande Rússia, estar ainda sob a unidade política dos *sovets* de Moscow. Alguns dos novos Estados saídos da velha Rússia podem dizer-se estavelmente constituídos como a Finlândia. Mas a maioria tem uma existência muito precária e de duvidosa estabilidade, como os da costa sudeste do Báltico, Lituânia e Estónia. Quando tudo se preparava para se submeter a um plebiscito a soberania da região de Vilna, Lituânia, as ameaças bolchevistas fizeram suspender a consulta. Não é ainda possível prever o destino desses países bálticos, crivei; mente ameaçados a breve trecho duma sorte análoga à dos efémeros Estados do Cáucaso, como o de Azerbeidjan, ou da Arménia e dos instáveis países da Ásia menor.

Mais definitivas serão talvez as concessões territoriais à Polónia e à Roménia, consagradas por entendimentos internacionais e já seladas pela força das armas, mas nem por isso inteiramente isentas de perigo.

.Os Estados novos na carta política da Europa são: a

don, 1920, p. 92 e segs.; em grande parte o *Atlas Stieler de 1920*, e o *Nuevo Mapa de Europa*, escala 1/6.500.000, dos editores Kunzli Hermanos (Zurich). Esta última carta contém bastantes inexatidões, que corrigimos em face de outros dados, entre os quais os artigos e cartas especiais sobre alguns dos novos países, que serão adiante citados. Desde já devemos porém mencionar o *Mapa da Alemanha, Polónia e Tcheco-Slováquia*, em escala 1/3.500.000, publicado no n.º 159, tomo XXIX (1920) dos "Annales de Océographie".

Tcheco-Slováquia, a Polónia, o Estado Livre de Dantzig, o de Fiuræ, a Jugo-Slávía, aos quais poderemos acrescentar os que resultaram da fragmentação russa, Finlândia e outros Estados bálticos, e a Ucrânia. A Jugo-Slávía, a Grande Sérvia, o sonho realizado da Ilíria, formou-se à custa da Áustria, Hungria, Montenegro e Bulgária, não falando naturalmente, na Sérvia que ficou com a hegemonia do novo agregado político. Da primeira destacaram-se a Slovénia, a Croácia, a Bósnia, a costa da Dalmácia (Zara e algumas das ilhas desta costa ficaram para a Itália, pelo tratado de Rapallo) e parte da Carníola. A Hungria teve que ceder aos slavs do sul parte do Banato de Temesvár. A população de Montenegro parece também ter preferido a junção com os sérvios à independência de que durante muito tempo gosou graças a uma indomável coragem militar, que mesmo quando a onda turca avassalava quase toda a Península Balcânica e se estendia ameaçadora até às portas da Europa Central se manifestava dum modo admirável e lhe garantia a sua autonomia, galhardamente defendida do alto dos montes pátrios. A Bulgária cedeu à Jugo-Slávía o *enclave* de Strumitza e várias pequenas áreas determinadas por rectificações fronteiriças.

Não falando na Jugo-Slávía, mencionaremos como aumentos territoriais de Estados já existentes: a junção da Alsácia Lorena à França; à Itália o Trentino, Trieste, a Istria, alguns pontos da costa dálmata; à Bélgica os Moresnet (no ângulo nordeste da fronteira germano-belga) e mais ao sul as regiões de Eupen e Malmedy, já ocupadas, mas que serão submetidas a plebiscitos; à Roménia o resto do Banato e à Bessarábia (esta anteriormente sob o domínio russo); à Grécia — se os últimos acontecimentos não determinarem, o contrário — será entregue a Trácia Ocidental, submetida depois da guerra a uma administração internacional; à Bulgária, apesar de vencida, também foi dada uma compensação, embora pequena, dos seus prejuízos territoriais com a cedência duma porção do território turco a oeste de Andrinopla; à Áustria, vítima do mais formidável desmembramento de que reza a história, contemporânea, foram concedidas algumas ampliações territoriais, de resto insignificantes, e à custa de antigos domínios seus, como a Tcheco-Slováquia e sobretudo a Hungria; à Dinamarca, em virtude dos resultados dum plebiscito, a parte septentrional do Schleswig.

Ficaram, segundo os tratados, dependentes de plebiscitos, além de Eupen, Malmedy e uma parte do Schleswig, já citados: na Prússia oriental, Marienwerder, que confina com o Estado Livre de Dantzig e com a Polónia, e mais a sudeste a extensa região de Allenstein, também fronteira da Polónia; Sarre, entre a França e a Alemanha, território agora ocupado pelos Franceses, mas cuja condição definitiva somente será decidida por plebiscito dentro de 15 anos; Oppeln, antigamente alemã, na Alta Silésia; Teschen, contígua da anterior a sul e antes austro-húngara, que escolheria entre a Polónia e a Tcheco-blováquia; Klagenfurt, bacia importante ao norte dos Karawanken, atravessada pelo Drave, e que anteriormente era austríaca, sendo-lhe dado ultimamente optar pela Áustria ou pela Jugo-Slávia.

Alguns desses plebiscitos já se realizaram, outros foram substituídos por decisões arbitrais. ⁽¹⁾ Na zona norte das áreas em que o região contestada do Schleswig foi reparada para efeito da consulta popular, o plebiscito realizou-se em 10 de Fevereiro de 1920, dando cerca de 75.000 votos para a Dinamarca e apenas 25.000 para a Alemanha. A consulta efectuou-se em 14 de Março seguinte, na segunda zona, a zona sul, e deu um resultado inteiramente oposto: 51.000 votos a favor da Alemanha e apenas 12.800 a favor da Dinamarca. Em face deste resultado a Conferência dos Embaixadores adotou como fronteira política entre a Dinamarca e a Alemanha, o limite entre as duas zonas plebiscitárias, com ligeiras variantes, junto de fiord de Flensburg, tendentes a ampliar o porto e a conceder à Alemanha o território ocupado pela importante fábrica metalúrgica de Kupfermühle, considerada uma dependência de Flensburg, e outras destinadas a deixar à Dinamarca a posse da comuna de Krusau e da aldeia e estação de Pattburgo, bem como da ilha de Rom; a ilha de Sylt fica para a Alemanha.

Na fronteira entre a Galícia atribuída à Polónia e a Tcheco-Slováquia, junto da reintrância polaca ao sul de Neumarkt, na região do Tatra, ou seja junto da Podália, devia dum e doutro lado dessa região habitada por Polacos fazer-se uma consulta popular aos habitantes dos antigos comitats húngaros de Spitz a leste e de Orawa a oeste, para

⁽¹⁾ L. Gallois et Emm. de Martonne— *Résultats des plebiscites et des décisions arbitrales*—"Annales de Géogr.", 1921, p. 74 e segs.

optarem pela Polónia ou pela Tcheco-Slováquia. Mas uma decisão da Conferência dos Embaixadores substituiu o plebiscito, e à Polónia foram concedidos os cantos nordeste, com cerca de 10.000 habitantes, e o canto noroeste, com uns 30.000 habitantes.

A Silésia de Teschen, cujas riquezas mineiras importantíssimas suscitavam os apetites polacos e tcheco-slovacos, criando tensão de relações entre os dois novos Estados vizinhos, não chegou também a ser consultada sobre a sua nacionalidade, pois ao mesmo tempo que fixou o destino das regiões contestadas da Podália, a Conferência dos Embaixadores, em 28 de Julho de 1920, atribuiu à Tcheco-Slováquia toda a parte ocidental da região de Teschen, a mais rica sob o ponto de vista mineiro e industrial, com 286.000 habitantes, e aos Polacos a parte restante com 148.800 habitantes, com o compromisso porém para a primeira de fornecer aos segundos uma quantidade de carvão igual pelo menos à que antes da guerra lhes era cedida pelas minas de Ostrau-Karvin, do território em questão, e com o compromisso para os Polacos de fornecerem petróleo aos seus vizinhos.

A bacia de Klagenfurt, para efeito de plebiscito, fôra dividida numa zona septentrional e noutra meridional, a primeira das quais continha a cidade de Klagenfurt. A consulta realizada em 10 de Outubro de 1920 na zona meridional, deu, contra a expectativa dos Jugo-slavos que se supunham ali em maioria, um resultado favorável à Áustria; esta teve 22.000 votos ao passo que a Jugo-Slávica teve 15.000. É natural que tivesse influido neste resultado uma hábil propaganda austríaca, tendente a demonstrar que a região em questão não poderia viver isoladamente da cidade de Klagenfurt, que era apresentada como favorável à Áustria. Assim pois a bacia de Klagenfurt e as comunicações com o porto agora italiano de Trieste são ganhas pela Áustria, com prejuízo dos Slovenos.

Na Prússia Oriental, o plebiscito nas regiões de Allenstein e Marienwerder realizou-se em 11 de Julho de 1920: na primeira a Alemanha teve 362.209 votos e a Polónia apenas 7.980; na segunda a Alemanha recolheu 96.923 votos e a Polónia somente 8.618. A Conferência dos Embaixadores conformou-se com esta vitória alemã, apesar de ser evidente que no resultado tão nítido do plebiscito não pode ter deixado de influir a precária situação da Polónia, nessa ocasião em grave risco de ser esmagada pela Rússia. A Conferência

apenas reservou algumas pequenas comunas para a Polónia.⁽¹⁾

Como se vê, o mapa político da Europa acaba de sofrer as maiores transformações: apenas o extremo da Europa Ocidental e raros outros países se podem dizer sem modificações. E ainda é difícil prever o que sairá da imensa fornalha russa, agora estreitamente ligada ao nacionalismo turco.

AS CONCEPÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE FRONTEIRAS E REGIÕES

O geógrafo e o etnólogo que examinam os novos aspectos da carta política da Europa, depressa reconhecem que ela representa dum modo geral uma tentativa para a aplicação de princípios geográficos e étnicos à divisão política dos territórios, mas uma tentativa muitas vezes prejudicada pelo critério da manutenção perene da superioridade militar e política dos vencedores e pelas naturais ambições expansivas e económicas destes últimos. Muitas, fronteiras foram fixadas em obediência a considerações estratégicas e de modo algum em face dos dados geográficos e étnicos: uma grande parte da fronteira austro italiana, por exemplo.

Mas, por outro lado, velhos preconceitos para-científicos, como o do valor e significação de certas fronteiras pretendidas *naturais* e uma exagerada noção da importância, como índices de nacionalidade, de alguns caracteres étnicos, conduziu por vezes os negociadores dos últimos tratados, com manifesto prejuízo dos interesses vitais da Europa, ao estabelecimento de demarcações territoriais pouco razoáveis, como ao olvido de outras de mais impreterível necessidade.

Em geografia política fala-se muito em regiões *naturais* e fronteiras *naturais* e *artificiais*, e no entanto em poucas questões para uma maior obscuridade e uma maior imprecisão do que nesta, pois raro é possível encontrar um conjunto de circunstâncias que dum modo convergente e uniforme assinalem a unidade *natural* dessas regiões ou o valor político dessas fronteiras. Desde as *sphragides* de Eratóstenes

(1) O plebiscito na Alta Silésia está já anunciado para 20 de Março de 1921, segundo consta dos jornais.

(século m a. C.) que eram áreas geométricas com um cunho especial em que se supunha possível dividir a superfície da terra, até à divisão regional dos territórios políticos feita por Elisée Reclus adoptando o critério de Buache e outros, isto é, baseando essa divisão nas bacias fluviais, vai sem dúvida uma grande distância sob o ponto de vista do rigor científico, mas tudo isso representa o reconhecimento, na superfície do globo, de áreas distintas umas das outras por certos caracteres, e esse reconhecimento não podia deixar de se reflectir na apreciação da legitimidade de determinadas divisões políticas. O que em geral apresenta uma feição discutível é o critério a que obedece a relação dessas divisões regionais com a configuração dos Estados, é o valor excessivo ligado a essas divisões, em grande número de casos fundadas numa observação superficial de um ou poucos factos geográficos isolados, dotados duma importância restrita sob o ponto de vista antropogeográfico.

Uma divisão da face da terra em diferentes regiões naturais pode fundar-se numa multiplicidade de factos geográficos .desde o relevo, a estrutura geológica, a rede hidrográfica, o clima, etc. até à flora, à fauna, à própria distribuição das raças e dos povos, porventura às condições históricas dos territórios. Os factos antropológicos e etnográficos são tão *naturais* como os outros, e entretanto *só* se usa chamar *natural* ao que está no domínio estrito da geografia física. Por outro lado, é relativamente fácil e é frequente individualisar regiões por um elemento geográfico isolado como o clima ou como o relevo (*regiões elementares*). É também fácil e frequente encontrar *regiões complexas*, isto é definidas por dois ou mais elementos, regiões em que se sobreponham duas ou mais regiões elementares. Pelo contrário é raro encontrar *regiões integrais* ou sejam regiões definidas e individualisadas pelo conjunto dos factos físicos, biológicos e antropológicos. ⁽¹⁾

A questão dos limites e das fronteiras demanda também uma análise crítica similar. Em geral as regiões, mesmo as elementares, não são limitadas por simples *linhas*, mas por *zonas de transição* mais ou menos largas. A noção de fronteira linear é, a bem dizer, uma criação dos Estados moder-

(¹) O. Ricchieri — // *concetto di regioni e di confini nella sistematica geografica*— "Scientia", 1920, p. 3 e segs.

nos e o seu artifício vai tão longe que na fronteira franco-belga, por exemplo, não é raro encontrar trechos separando as casas dum dos lados duma rua, das casas do outro lado da mesma rua. (1)

O que vulgarmente se chama uma fronteira natural (uma cumeada de montanhas, um rio, etc.) não corresponde muitas vezes aos limites duma região natural, mesmo duma região elementar, muito menos duma região integral. As duas margens dum rio são em geral partes componentes duma mesma unidade geomorfológica, e, sob o ponto de vista étnico e político, um rio nem sempre vale muito como separação: é frequente serem as duas margens povoadas por populações da mesma estirpe étnica, e diz mesmo Miss Semple que "um povo migrador e expansivo tende sempre a ocupar as duas vertentes do vale dum rio". (2) Apenas entre populações primitivas e de civilização inferior se pode dar uma capital importância a um rio como separação. Para os povos civilizados os cursos fluviais são antes agentes de aproximação, de ligação.

De resto, até muitas fronteiras aparentemente lineares o não são de facto. Nem sempre é fácil marcar rigorosamente a linha duma crista montanhosa, embora, a distância, ela nos apareça bem definida no horizonte: já não queremos falar no carácter provisório das linhas de relevo, constantemente mais ou menos modificadas pela erosão.

Também muitas vezes um rio apresenta um traçado hesitante, variável, espraçando-se, mais ou menos, para além do seu leito nos terrenos adjacentes segundo condições possivelmente de feição transitória: algumas dissensões tiveram origem em casos desta ordem!

E' porisso que Ricchieri diz que tais fronteiras estão longe de merecer a consideração, mesmo o axiomático respeito, que por elas teem algumas pessoas. No entanto certas barreiras naturais, como montanhas, desertos, florestas, pântanos e até alguns rios, constituem por vezes eficazes fronteiras políticas, embora não sejam rigorosamente fronteiras scientificas e muito menos fronteiras lineares. O mar, esse então, apesar das variações constantes da linha das

(1) C. Vallaux — *Géographie Sociale — Le Sol et l'État* — Paris, 1911, p. 361 e segs.

(2) Ellen Semple — *Influences of geographic environment* — London, 1914, p. 350.

cosias é, como diz Miss Semple, a *fronteira absoluta*. Mas o que dita o valor de tais fronteiras é sobretudo a velha ideia de defesa e protecção local, é um critério de isolamento. Ora a verdade é que hoje a defesa dum país não implica como indispensável a existência, em torno dele, de barreiras dessa ordem, que, de resto, na maior parte dos casos estão longe de bastar para uma defesa eficaz e para assegurar a independência nacional contra as incursões de povos estranhos, desde que um sistema militar de defesa não tire delas partido.

Para mais, não é raro que a escolha dessas fronteiras, sobretudo nos Estados civilizados, esteja em conflito com um critério mais justo de afinidades étnicas e políticas. E' frequente que a população duma vertente montanhosa tenha mais relações e afinidades com as da vertente, oposta, da mesma montanha, das quais a separa aliás um alto cume, do que com as da planície adjacente. Vidal de la Blache cita o caso cios habitantes dos altos vales de Verdon, do Var, da Tinée, que se abrem para sul, estarem mais ligados pelas suas trocas e pelos seus dialectos, com o vale de Barcelonnette, ao norte, do que com a cosia de Nice. Populações de Queyras, em França, manifestam ainda o parentesco com as dos vales italianos do Pellice e do Chisone. ⁽¹⁾

Por outro lado a tendência actual, a tendência dos Estados modernos, não é para um isolamento feroz, para a manutenção das regiões fronteiriças, como na antiguidade, num regimen de total ou quasi total despovoamento. As relações entre os Estados modernos são intensas junto das fronteiras, com excepções condicionadas em geral por factores geográficos mais ou menos poderosos. E, se é certo que povos fracos e pouco expansivos se expõem ao perigo absorvente de tais relações, nem porisso a intensidade das interpenetrações e relações mútuas deixa de ser um agente de diferenciação e não de assimilação.

Já recentemente apresentámos, a respeito da fronteira luso-espanhola, a classificação muito racional e científica que Vallaux menciona para as fronteiras políticas. Não se trata duma classificação fundada numa correspondência mais ou menos forçada dos limites políticos e étnicos com pormenores geológicos ou plásticos, com dados climatéricos ou

biogeográficos, de valor secundário (mesmo por vezes dum valor muito remoto para o caso de que se trata), mas duma classificação fundada na realidade antropogeográfica, nos aspectos concretos das sociedades e das populações que se encontram dum lado e doutro das fronteiras, —realidade e aspectos que, relacionados sem dúvida com um quadro mesológico mais complexo por certo do que o que define por exemplo uma região elementar, constituem no entanto o objecto essencial de estudo em geografia política pelo mesmo título que a fisiografia dum país não dispensa também de modo algum o estudo da constituição geológica do solo, da rede hidrográfica, etc.

Segundo uma tal classificação, as fronteiras podem ser *esboçadas*, *vivas* ou *mortas*. As primeiras, muito numerosas, e frequentes sobretudo nos Estados novos e nos países coloniais, são demarcações arbitrárias, não correspondendo a uma actividade política local, tanto mais que geralmente existem em regiões desertas ou quási desertas. Vallaux acentua porém que, se é certo que presentemente elas pouco significam, a não ser a expressão dos maiores ou menores apetites dos povos que as traçam, nem por isso deixam de representar uma previsão do futuro, visto que muitas dessas regiões estarão destinadas a uma efectiva ocupação humana e porventura mesmo à transformação em novos Estados. Pertencem a este tipo de fronteiras as chamadas fronteiras *astronómicas*, as *geométricas* e as *de referência*. As primeiras teem por base um meridiano ou um paralelo. As geométricas são independentes de qualquer base dessa natureza, e consistem em linhas rectas traçadas dum ponto arbitrário para outro. As últimas teem por base qualquer facto de geografia física, como por exemplo a fronteira entre o Alaska meridional e o Canadá que, segundo o tratado de 1825, é paralela ao litoral, a uma distância de dez léguas para o interior.

A maior parte das fronteiras dos Estados da Europa era constituída por fronteiras *vivas*, resultantes já duma certa evolução. Essas fronteiras foram-se precisando e definindo através de numerosas contingências históricas, graças a uma série de esforços, de interpenetrações mútuas, e de diferenciações consequentes, que lhes imprimiram a sua forma. Longe de terem hoje um character artificial e arbitrário, correspondem de facto a uma diferenciação nítida dos povos limítrofes, apesar das relações intensas entre estes. Particularidade curiosa que as define, é a acumulação junto delas duma população geral-

mente densa, animada de uma actividade política mais ou menos acentuada. Parece que as relações entre as populações dum e doutro lado deveriam ter por consequência o desaparecimento das diferenças entre elas, o estreitamento dos laços morais e políticos. Assim pensarão os utopistas da unidade política da Humanidade. Mas nada disso se dá na verdade: pelo contrário, as diferenças acentuam-se, graças à formação, dum e doutro lado, de grupos de interesses particulares de todas as ordens, os quais se relacionam afinal com a actividade dos paízes respectivos. As fronteiras vivas (também chamadas *de acumulação*) reconhecem-se quasi sempre com facilidade numa carta geográfica, pelas fortificações e contrastes existentes nas duas áreas limítrofes: dum lado, por exemplo, os caminhos de ferro apresentam uma rede cerrada, compacta; do outro lado são pouco numerosos e divergem da fronteira. Vallaux cita o exemplo da fronteira russo-prussiana, de antes da guerra, claro está. (1)

Mas enganar-se-ia quem supuzesse estas fronteiras como insusceptíveis de evolução, de modificações. Podem surgir modificações posteriores, correcções de traçado. Casos há porém em que a densidade, a actividade política e a circulação numa fronteira diminuem. As relações mútuas enfraquecem. A fronteira, conservando então com fixidez o traçado que as últimas condições de actividade lhe tinham dado, perde a sua vitalidade ou, na expressão de Vallaux, — "fossilisa-se". O exemplo é dado pela fronteira franco-espanhola, desde o tratado de 1059 invariável, imobilizada. É possível que se trate por vezes dum torpor transitório e que, terminadas as circunstâncias que motivaram essa diminuição de actividade, esse enfraquecimento de relações e de interpenetrações (como pode ser o desvio da acção nacional para outras

(¹) Consideramos a fronteira hispano-portuguêsa, na maior parte do seu traçado, uma fronteira *viva*. As relações entre as populações fronteiriças de Portugal e Espanha são estreitas, e, no entanto, as duas populações distinguem-se pela língua, costumes, organização social, etc. Os contrastes na disposição das redes ferroviárias dos dois paízes são impressionantes. Ao passo que os caminhos de ferro portugueses visinhos da fronteira apresentam em geral um traçado mais ou menos perpendicular à divisória entre os dois paízes, do lado espanhol estende-se ininterruptamente um circuito ferro-viário mais ou menos paralelo à fronteira da qual dista em média talvez uns 40 a 50 Km. A fronteira hispano-portuguêsa, oscilando através de numerosas vicissitudes históricas, definiu o seu traçado com uma diferenciação progressiva das duas populações, ligadas aliás por afinidades e por uma circulação activa entre uma e outra.

regiões distantes), se dê uma resurreição, pelo regresso das populações densas, pela renovação da circulação entre os dois Estados e enfim pela aparição do impressivo quadro das características oposições e contrastes,

Inegavelmente esta classificação que acabamos de sumariar a largos traços, é mais conforme com a realidade antropogeográfica do que a antiga em fronteiras naturais e artificiais, sob um critério amorfo e inexpressivo de superficiais aspectos físicos. É em suma urna classificação de *Geografia Política*.

Se há sem dúvida que reconhecer que- certas fronteiras podem ser dictadas por necessidades estratégicas, económicas e políticas, pelas ambições das nações dominantes e expansivas, a verdade é que a um acidente topográfico, a um rio, a uma cumeada, se não deve ligar, sob o ponto de vista, puramente científico, uma importância capital como fronteira, senão quando esse facto local coincide mais ou menos com a verdadeira fronteira, com a fronteira dotada de significação sob o ponto de vista étnico e sob os vários aspectos da circulação, do comércio de ideias e de objectos, das relações e dos contrastes políticos, como se acabou de mostrar.

Mas ainda mais importante do que as fronteiras, ou antes englobando-as na sua importância e significado, é a noção de região, encarada evidentemente dum modo diferente do usual. Quer dizer: não se deve atribuir uma significação política e étnica a todas as regiões chamadas naturais, mas apenas àquelas que constituam regiões integrais ou pelo menos complexas, com preponderância da individualização baseada nos elementos antropogeográficos. O que ao geógrafo mais deve interessar, não é a fronteira, o *continente*, tantas vezes arbitrário em vista das fronteiras verdadeiramente científicas serem zonas e não linhas: mais importante sob o ponto de vista geográfico é o *conteúdo*, a região, o país.

A NOVA CARTA EUROPEIA E O PRINCÍPIO DAS NACIONALIDADES

Reconhecendo o traçado caprichoso e de aparência arbitrária, das fronteiras da Hungria — tão dolorosamente amputada a despeito da unidade étnica magiar e da clássica unidade geográfica da planície húngara — Eisenmann atribue êsse

traçado à aplicação, na nova divisão política europeia, do "princípio das nacionalidades, corrigido pela utilidade estratégica e económica".⁽¹⁾

"Peia primeira vez — escreve L. Gallois,⁽²⁾ analisando um livro do americano Prof. Haskins sobre a conferência de paz, em que colaborou como técnico — foi solenemente reconhecido o direito dos povos a disporem de si mesmos. E' uma grande data na história". E no entanto quantas dificuldades Haskins confessa ter encontrado na aplicação de tão formoso princípio! Ora as fronteiras *naturais* se não ajustavam com os limites dos povos, ora as zonas contestadas continham recursos naturais indispensáveis para a manutenção económica das nações litigantes, problema sem dúvida a atender. «E não há um mínimo de território indispensável para a constituição dum Estado? E como saber ao certo a vontade de algumas populações?» Póde acaso atribuir-se aos plebiscitos sempre um mesmo valor, inclusive em povos de consciência nacional pouco clara? E como proceder quando a mistura étnica, religiosa, ou política é profunda? Haskins reconhece a imperfeição fatal da obra realizada e proclama a necessidade de que organismos internacionais continuassem a tentativa feita.

No fundo, todos vêem que o idealismo que determinou algumas das divisões feitas, as pretensões científicas e jurídicas que as inspiraram, se encontraram frequentemente em presença de realidades complexas, de obstáculos quasi insólúveis, e sobretudo do que Eisenmann designa por *utilidade estratégica e económica* — ou sejam frequentemente apetites desmedidos e preocupações de hegemonia militar. E, sob estes últimos pontos de vista, a história nada nos ensinou de novo: *voe victis*! Quer dizer, talvez poucas vezes se tenha, como agora o fizeram certas nações, mascarado sob tão desinteressadas aparências um propósito imperialista.

Demangeon, tratando dos novos limites da Bulgária,⁽³⁾ pergunta em que medida elles concordam com os da nacionalidade búlgara, acrescentando: "É uma pergunta que

(1) L. Eisenmann—*La Nouvelle Hongrie* — "Annales de Géogr", Paris, 1920.

(2) L. Gallois — *Un commentaire américain des récents traités de paix* — "Ann. de Oéogr.", 1920, p. 452 e segs.

(3) A Demangeon — *La Bulgarie* — "Ann. de .Géogr.", 1920, p. 408 e segs.

acode ao espírito, quando se quer apreciar um estado de coisas novo, no qual o princípio das nacionalidades serviu de base à formação dos Estados”. Ora ele mesmo dá logo em seguida uma definição de nacionalidade: é um agrupamento de homens unidos por certos traços comuns de civilização, tais como a língua e a religião. “A força desse agrupamento depende da consciência e da vontade dos homens que falam essa língua e praticam essa religião: depende também do poder que o grupo adquire quando toma a forma de Estado. O Estado é propriamente a condição de força duma nacionalidade. Apoiada nessa armadura, esta chega a assimilar os elementos heterogêneos que ficam introduzidos na sua massa”.

Ricchieri, num opúsculo citado por Giuffrida-Ruggeri, diz: “Os elementos e os factores originários da consciência nacional são sem dúvida a comunidade de distribuição geográfica, de origem étnica, e de língua, as vicissitudes históricas comuns, os costumes e os interesses comuns; mas como base efectiva e jurídica própria para distinguir e caracterizar as nações actuais, deve-se certamente admitir o facto, para os habitantes duma região geográfica, de exprimirem livremente e conscientemente os seus sentimentos de fraternidade e a sua vontade de possuir em comum a fortuna e a organização governamental.” (1)

Ora, dentro de tão justas definições de nacionalidade, é infundada a pretensão de considerar a nova divisão política da Europa a aplicação integral do princípio das nacionalidades.

Se é certo que o meio físico desempenha um papel importante na vida política e social, ninguém pretenderá nesse facto encontrar a justificação da delimitação dos Estados pelas chamadas fronteiras naturais ou do estabelecimento da unidade nacional sobre a unidade geomorfológica ou climática duma região.

Mas uma nacionalidade não se define também apenas por um só elemento antropogeográfico. A língua, a religião; os costumes, a organização e tipo social, a tradição histórica, mesmo a raça e a filiação étnica, teem valor na determinação duma unidade nacional, mas um valor de modo algum

(1) Giuffrida-Ruggeri — *Les bases nationales-éthniques en Autriche-Hongrie* — Extr. de “Scientia”, vol. XXIV, 1918, p. 25.

exclusivo. Ora neste ponto ainda falharam por vezes os autores das novas divisões geográficas europeias: a língua foi as mais das vezes o índice de nacionalidade preferido. E, entretanto, se tem uma irrecusável importância sob tal ponto de vista, não pode erigir-se em índice único ou mesmo essencial. A Bélgica e a Suíça têm as respectivas nacionalidades bem definidas, bem marcadas, e no entanto não apresentam, cada uma delas, unidade linguística: na Suíça, por exemplo, com uma área de menos de metade de Portugal, falam-se 35 dialectos alemães, 16 franceses, 8 italianos e 5 romanches. ⁽¹⁾ Uma tal Babel possui entretanto uma admirável unidade nacional.

Quanto à raça, ninguém ignora que quasi todos ou todos os povos civilizados são um complexo mosaico antropológico, o que não quer dizer que o predomínio de certos elementos e a filiação étnica desses elementos deixem de se reflectir na formação de muitas nacionalidades.

Em suma, as nações são sobretudo associações *políticas*, determinadas por factores complexos, como se pode dizer em geral da história e da vida social. O próprio capricho duma população expansiva ou duma chefe conquistador pode intervir decisivamente nesse determinismo, mas sob a condição de conseguir a formação duma *consciência nacional*. Ora é essa consciência — aliás de tão difficil determinação e tantas vezes falseada e deturpada — que deveria entrar em mais forte linha de conta na elaboração dos tratados de demarcação de Estados. Estão os autores dos tratados agora feitos, certos de que foi ouvida a consciência nacional de todos; os povos cujos interesses estiveram em jogo?

Está provado que a Áustria actual não tem os recursos próprios necessários para manter a sua população e para constituir um Estado com garantias de vida. A sua capital com mais de dois milhões de habitantes está à testa de um paiz com uma população de pouco mais de seis milhões. O tratado de Saint Germain gerou um caso teratológico flagrante: um monstro com uma cabeça enorme para um corpo de pequeno tronco e de reduzidos membros. Pois bem: a consciência nacional austríaca, sciente da ascendência germânica, aspira a integrar-se na unidade alemã. Poucas vezes a consciência étnica se identificará tão perfeitamente com as aspirações nacionais de vencidos humilhados e aniquilados. E no

(1) E. Semple — *Op. cit.*, p. 598.

entanto os vencedores opõem-se a essa fusão. Em nome do princípio das nacionalidades? Em nome do direito dos povos a dispor de eles mesmos? Não: em nome da sua força vitoriosa, e no receio dum engrandecimento da Alemanha, que viria a prejudica-los de futuro.

Em compensação, os povos balcânicos estão numa fase que já se chamou *amorfa* dizendo-se que "eram material bruto susceptível de se transformar em Gregos, em Búlgaros ou em Sérvios". (1) Há por certo bastante exagero nesse asserto, mas ele encerra uma parcela de verdade. Pois foi sobretudo nos Balkans que mais se invocou talvez o princípio das nacionalidades para fundamento da nova divisão política.

Teria sido melhor falar-se uma linguagem mais verdadeira: confessar-se que o princípio das nacionalidades só serviu para justificar o que estava dentro do interesse dos vencedores e do propósito de inutilisar as veleidades dum retorno ofensivo dos vencidos. A Irlanda, o Egito, clamam em vão.

A linguagem da sinceridade diria que os interesses económicos pesaram imensamente na balança. E que mal haveria em falar essa linguagem? Por exemplo, a ocupação da região huleira do Sarre não se justifica pela necessidade de compensar a França, dos prejuízos incalculáveis que a invasão alemã lhe causou?

Mas o que teria sido ainda mais para desejar é que no taboleiro do xadrez europeu, se tivesse olhado para os interesses colectivos da Europa civilizada mais do que para interesses individuais de duas ou três potências. Acima destas estão para a ciência os interesses da parte da terra que até agora tem caminhado à frente da civilização. E os negociadores europeus da paz esqueceram-se bastante de que o enorme desfalque de vidas e de recursos que a malfadada guerra trouxe para a Europa, reclamava uma defeza urgente contra hegemonias extra-europeias e o estreitamento duma harmoniosa solidariedade económica e moral entre as nações da Europa, sem exclusão das medidas indispensáveis e eficazes para reduzir os impérios centrais a uma situação militar, que garantisse a vitória aliada e os forçasse à satisfação das indemnisações devidas aos vencedores.

(1) A. Demangeon—*Op. cit.*, p. 411.

Sendo uma tentativa de aplicação de princípios geográficos e étnicos à divisão política da Europa, *corrigida* (na expressão de Eisenmann, já referida) pelos interesses das nações victoriosas, considerados isoladamente, e pelo propósito de aniquilar o poder militar e a importância económica dos vencidos, os últimos tratados estão longe de constituir uma obra scientificamente homogênea e fundada invariavelmente nos aludidos princípios.

É necessário reconhecer a complexidade do problema, a multiplicidade de factos em jogo, a obscuridade de muitos dos dados a pôr em equação, os próprios conflictos de interesses, a legitimidade da defeza contra a renovação dum ataque. Mas deu-se por vezes exagerada importância a certos elementos, ao passo que, dum modo geral, parece ter-se esquecido com frequência o interesse superior da Europa e da Civilização.

ANEXAÇÕES À BÉLGICA

Analisemos sumariamente o aspecto geográfico da nova Europa política.

As modificações na fronteira germano-belga, como já foi dito, resumem-se na anexação, já precedida pela ocupação militar, dos Moresnet neutro e prussiano, e dos círculos, anteriormente alemães, de Eupen e Malmedy, nos quais entretanto a anexação definitiva ficou dependente de consultas populares.

A área dos Moresnet e mesmo a do círculo de Eupen, a sul do território anterior, e uma e outra a sul de Aix-la-Chapelle e a norte de Hohes Venn, na região acidentada do Vesdre, subafluente do Mosa, são relativamente pequenas. A região de Malmedy, ao norte do Luxemburgo, e a oeste do Eifel, das origens dos rios Our e Kili, e no prolongamento oriental dos Ardenas, tem uma extensão maior, se bem que em população a cidade de Malmedy, com menos de 5.000 habitantes, esteja muito abaixo da de Eupen com mais de 15.000.

Sob o ponto de vista da geografia física justifica-se algum tanto a expropriação destes territórios à Alemanha, se bem que a parte que confina com o Eifel se pode já, como êste, considerar pertencente geomorfológicamente ao massiço schistoso renano. Não se pense, porém, que alguma linha natural de importância estabelece a separação desses

territórios. A verdade é que tanto Eupen como Malmedy estão no prolongamento de grandes manchas carboníferas que, separadas pela crista primária de Condroz, atravessam a Bélgica em duas largas faixas paralelas. As razões económicas devem ter entrado poderosamente na expropriação. O sinclinal hulheiro que o Mosa percorre desde Namur, encontra nos seus prolongamentos Eupen e Malmedy. A primeira, na região florestal do Eifel, tem uma indústria próspera que foi iniciada pelos refugiados protestantes franceses. Malmedy, cedida à França pelo tratado de Luneville e depois dividida, em 1815, entre a Prússia e os Países Baixos, tem importantes indústrias de cortumes, papel, etc. O Moresneí neutro possui ricos jazigos de chumbo. A comuna prussiana tem uma população de algumas centenas de pessoas, apenas.

Sob o ponto de vista da raça, nada é lícito concluir, a respeito destas regiões em especial, dos estudos de Deniker sobre o índice cefálico e a estatura na Europa. ⁽¹⁾ Na carta da estatura as clareiras germânicas neste ponto opõem-se a qualquer presunção sequer. Na carta dos índices cefálicos, a despeito da pequeníssima escala, não será abusivo pôr em confronto a subbraquicefalia da Prússia renana fronteiriça e do Luxemburgo e Bélgica meridional com a mesaticefalia da região de Liège. Mas os dados de Houzé publicados por Ripley, ⁽²⁾ se bem que confirmem a elevação do índice cefálico de Liège para a Bélgica meridional, nada nos dizem em relação aos territórios agora ocupados. Uma carta de Ripley, baseada em observações de Vanderkindere, ⁽³⁾ mostra uma tendência ao aumento de loiros relativamente aos morenos não só, muito nitidamente, do sul para o norte da Bélgica, mas ainda com a aproximação da antiga fronteira alemã na região de Liège. Mas o que é possível concluir disto em relação aos territórios em questão?

A língua fornece elementos de apreciação mais interessantes e é curioso verificar que ela corresponde na sua distribuição geográfica às diferenças de tipos antropológicos

(1) J. Deniker — *Les races de l'Europe — I — L'indice céphalique en Europe* — Congrès de Saint-Etienne de l'Assoc. Française pour l'Avancement des Sciences — Paris, 1899; — *Les races de l'Europe — II — La taille en Europe* — Congrès de Lyon — Paris, 1908.

⁽²⁾ W. Z. Ripley — *The races of Europe* — London, 190, p. 162.

⁽³⁾ *Ibid.*, p. 161.

entre o norte da Bélgica e o sul. No norte, de população mais loira, fala-se uma língua germânica, o flamengo; a sul, de população mais morena, o valão, de filiação românica, forma modificada da antiga língua de oil. Segundo Dominion (1) o valão, francês transformado, é a verdadeira língua nacional belga. Os belgas do norte são bilingues porque falam também francês, e no Congo Belga os belgas falam francês. E, de facto, a germanização mais fácil do norte e a resistência mais aturada de Liège e do sul, na última guerra, vêm confirmar o maior nacionalismo meridional da Bélgica.

Uma carta de Dominion sobre as fronteiras linguísticas franco-flamengas e franco germânicas dá-nos a região de Eupen e talvez a dos Moresnet como dentro da área germânica ao passo que uma extensa faixa abrangendo grande parte de Malmedy, figura como francófona. A região belga de Verviers está compreendida na área germânica.

Assim, pois, se para Malmedy a anexação se funda também em considerações linguísticas, para Eupen está em contradição com essas considerações. Na verdade a Bélgica, corrigindo à custa da Alemanha vencida, o saliente a leste de Verviers, pensou por certo mais numa proveitosa ampliação territorial como nação expansiva e industrial que é, do que na aplicação dos proclamados princípios geográficos e étnicos. Se estes fossem aplicados, as fronteiras estabelecidas seriam diferentes. (2)

A QUESTÃO DA ALSÁCIA-LORENA E A BACIA DO SARRE

A anexação da Alsácia-Lorena à França é o corolário mais lógico da sorte das armas na grande guerra. Desde 1871 a França abrigava desejos ardentes de desforra e de recuperar as províncias perdidas, e ninguém podia surpreender-se da anexação realizada: era o objectivo inevitável da política francesa, perante a vitória.

Mas se a história e a política fornecem, a par natural-

(1) L. Dominion—*Linguistic areas in Europe: their boundaries and political significance* — "Ann. Report of the Smithsonian Instit. for 1915", Washington, 1916, p. 411 e segs.

(2) Para a fronteira germano-belga cf. carta 40 do atlas Stieler de 1920; para a fronteira franco-alemã, adeante estudada, cf. carta 28 do mesmo atlas.

mente dos interesses franceses, justificação para essa apropriação, a ciência geográfica nem em todos os aspectos está em concordância com ela. Muito pelo contrário, o estabelecimento do Reno como fronteira franco-germânica está em oposição às condições geográficas e razões étnicas.

Remontam a distantes eras as vicissitudes históricas desta região, em que as ondas teutónicas por várias vezes se encontraram em conflito com as tendências expansivas das populações de aquém Reno, com alternativas de êxito e de domínio que levaria longe recapitular. Mas dum modo genérico pode dizer-se que até ao século XIV, as populações da dita região foram essencialmente germânicas. Com Henrique II, algumas aquisições faz a França na Lorena, marcando o início da sua extensão territorial a oeste, mas só em 1648 o domínio francês se estende á Alsácia e em 1681 a Strasburgo, podendo dizer-se que desde 925 a província era fundamentalmente germânica. Durante a Revolução Francesa, as clareiras não submetidas ao domínio francês na Alsácia e Lorena vão rareando, e a paz de Luneville em 1801 amplia ainda a área do domínio francês com toda a região cisrenana até à Holanda que em 1812 teria a seu turno de sofrer também esse domínio com todo o norte da Alemanha até ao Mecklemburgo. E' a fase áurea do imperialismo napoleónico, breve decaído, sem que porém a redução territorial consecutiva tivesse ido até ao ponto de se incluir a Alsácia e Lorena no território germânico, a não ser mais tarde, depois da guerra desastrosa de 1870.

O plató da Lorena, banhado pelo Mosela e pelo Sarre, está na área mesozóica que a norte, no Luxemburgo, forma o golfo triásico e jurássico inferior, nitidamente desenhado nos massivos schistosos ardenês e renano. E' um território triásico sobretudo, mas com importantes manchas de jurássico inferior, especialmente a tira longitudinal a oeste, na qual o Mosela abriu passagem. Apresenta uma certa individualidade geográfica este plató secundário, intercalado entre a linha de elevações que costeia a oeste o estreito sulco do Mosela, e os grés dos Baixos Vosges, geológica e hipsometricamente diferentes do alto massivo meridional dos Vosges cristalinos e antigos.

A Alsácia (*a região do III*) entre o Reno e as cumeadas dos Vosges, e desde a fronteira suíça (arredores de Basileia) até ao curso inferior do Lauter, afluente do Reno, e à

massa triásica do Hardt, que a oeste se prolonga na região agrícola de Westrich, não é pelo contrário senão uma parte da grande cúpula alsaciana, na qual os Vosges cristalinos e a Floresta Negra constituem, a oeste e a leste respectivamente, os lábios duma enorme fractura, que é a planície quaternária em que corre o Reno. O III atravessa, em ângulo agudo com o Reno, de que é tributário, a província agora anexada, que não abrange pois mais do que uma parte do massiço dos Altos Vosges (restos da antiga cúpula em que a Floresta Negra representa, do outro lado do Reno, análogo papel), a secção cisrenana da planície do Reno e ainda a norte algumas das formações triásicas e jurássicas confinantes com a Lorena e com o Hardt. Partindo, a sul, do sopé septentrional do Jura, compreende aí à quem Reno a planície de Sundgau, a qual possui extensas manchas terciárias e comunica com a tão falada brecha de Belfort, região de ligação entre a planície do Reno e a bacia do Saona. Geomorfologicamente os Altos Vosges e a Floresta Negra constituem um todo, dividido ao meio pela planície do Reno. A escolha do Reno como fronteira franco-alemã não encontra justificação na geografia física; se bem que o rio se aproxima, do lado da Alemanha mais do que do lado da França, das linhas de elevações e das massas geológicas antigas, a verdade é que a sua utilização como fronteira traz como consequência a fragmentação da unidade natural que é a planície quaternária em que o Reno tenro seu leito. E a seu turno essa unidade é um mero episódio — a resultante da sedimentação no amplo sulco duma colossal fractura — das vicissitudes tectónicas do grande massiço alsaciano, compreendendo neste nome a Floresta Negra.

De resto, se é certo que o Lauter e o Hardt foram escolhidos para a delimitação septentrional da Alsácia, não é menos certo que com idêntica *razão* geográfica poderiam servir de fronteiras septentrionais o Moder (que teria ainda a seu favor o facto de estar na proximidade do limite norte dos glaciares alpinos durante o quaternário), ou, mais a norte do Lauter; qualquer outro rio ou linha de elevações antes do extremo norte do Rheingau e antes do massiço schistoso renano. A bacia de Maiença por exemplo aparece numa carta hipsométrica ou mesmo numa carta geológica como uma dependência natural da planura cenozóica e quaternária que vai do norte do Jura ao Hunsrück e ao Taunus.

Sob o ponto de vista racial, tem sido estudadas estas

regiões e as próximas com mais desenvolvimento do que os territórios anteriormente alemães junto da fronteira belga. Limitar-nos-emos a sumariar os dados de múltiplas origens utilizados nas curvas da estatura e índice cefálico de Deniker. A Lorena (entendemos aqui por esta designação só a parte restituída agora pela Alemanha) apresenta uma extensa área de estaturas altas (1^m,675 a 1,699) com manchas de estaturas, ainda mais altas, e apenas a sudoeste de Metz uma pequena zona de estatura mediana (1^m,650 a 1,674). A Alsácia apresenta também em geral médias elevadas (1^m,675 a 1,699), mesmo a sul 1^m,70, menos em alguns distritos dos Vosges, em que a estatura é mais baixa, 1^m,67 e 1,66 e até menos como no cantão de Than em que é de 1^m,65. Ora nas regiões francesas em contacto com a Alsácia-Lorena, as estaturas medianas como as das populações dos Vosges, são a regra. Do lado da Alemanha, além Reno, a estatura é também mediana, baixando mesmo a menos de 1^m,65 na Floresta Negra e outros pontos do antigo Grão Ducado de Baden. Em suma a Lorena e a região marginal da Alsácia surgem como focos de altas estaturas, rodeados por zonas de mais baixas estaturas, tanto do lado da França como do lado da Alemanha, sobretudo nas regiões montanhosas como os Vosges e Floresta Negra.

Sob o ponto de vista do índice cefálico, a planície alsaciana e a região ocidental da Lorena mostram na carta a subbraquicefalia ou uma braquicefalia moderada: na região de Strasburgo há mesmo mesaticefália. Mas a faixa ocidental da Alsácia prolongando-se para o norte para a região oriental da Lorena, para oeste para o departamento francês dos Vosges, e para sul para as regiões do Saona, Doubs, Jura, etc., alastra numa carregada e extensa mancha de hiperbraquicefalia. Do lado da Alemanha, os distritos renanos de Baden mostram uma sub-braquicefalia ou uma braquicefalia concordante com as moderadas tendências braquioides da planície alsaciana, mas na Floresta Negra, sobretudo no distrito de Wolfach, a braquicefalia acentua-se, atingindo-se a hiperbraquicefalia. Mais para o interior, no Wurtemberg, a braquicefalia torna a atenuar-se, voltando a mesaticefalia, como na região de Strasburgo.

As estatísticas de Ranke sobre a pigmentação das crianças das escolas ⁽¹⁾ dão entre a planície da Alsácia dum lado

(1) Cf. em Ripley— *Op. cit.*, carta em face de p. 222.

e quási toda a Lorena e Baden do outro Sado, um acentuado contraste: na primeira a freqüência de morenos é superior a 25 %, ao passo que nas outras regiões referidas é de 21 a 25 %.

Não é fácil sistematizar estes resultados, relacionando-os com os tipos raciais. Não atendendo às estatísticas de Ranke, seria lícito concluir que a planura alsaciana e a Lorena (pelo menos na sua parte ocidental) mostram maior predomínio de estaturas altas e menor braquicefalia, indícios de maior influência do tipo nórdico, alto e de cabeça alongada. Este, porém, não aparece com a dolicocefalia característica, o que levou Deniker a localizar nessa região uma raça *sub-adriática*, bem problemática, da sua classificação, e Collignon a estabelecer uma raça loira, alta e de cabeça redonda que chamou *lorena*. Nos Vosges, talvez no seu prolongamento através da Lorena oriental, a maior braquicefalia indicaria maior influência da raça alpina, que escolhe de preferência as regiões montanhosas (se não é antes ao habitat montanhoso, como alguns pretendem, que se deve atribuir a baixa estatura).

Além Reno, com a elevação da Floresta Negra, o índice cefálico aumenta um tanto, como nos Vosges, e a estatura é mais baixa do que na planície da Alsácia. Os dados de Ranke (resumidos na carta de Ripley) não mostram grande diferença pigmentar entre as populações da Lorena e as de Baden, e pelo contrário acentuam a menor percentagem de loiros na Alsácia, a sudeste da Lorena. Não sendo possível ajustar estes resultados com os anteriores, que não mostram tal diferença entre a Alsácia e a Lorena, nem entre as populações marginais dum e doutro lado do Reno, Alsácia e Baden, preferiremos os baseados na estatura e índice cefálico, mais rigorosos por certo, e incidindo sobre adultos.

Desse modo, poderemos genericamente dizer a planície da Alsácia um foco de altas estaturas e de tendências braquicéfalas mais moderadas do que as regiões circumvisinhas, exceptuando as populações ribeirinhas da margem oposta do Reno e as de parte da Lorena, que são também menos braquicéfalas do que as dos Vosges e Floresta Negra. Em discordância ligeira de resultados, a Lorena apresenta também altas estaturas, ao passo que na margem esquerda do Reno a estatura é mediana. Ora, destes resultados, o que, quando muito, poderemos depreender é que a planície do

Reno oferece, sob o ponto de vista antropológico, um cunho especial, marginando-a as elevações do massiço alsaciano de maneira a pôr em evidência essa caracterização. As diferenças imediatas duma margem para a outra são relativamente pequenas, mas existem. Sem ilusões sobre o que de tais elementos possamos extrair com significado sob o ponto de vista político, limitar-nos hemos a proclamar que a antropologia não permite justificar a actual fronteira mais do que a anterior a 1914.

Os dados linguísticos são neste caso mais concludentes, como o foram já os da geografia física. Sob esse ponto de vista, não resta dúvida de que a fronteira germânico-francesa não é o Reno. Vê-se isso bem na carta etnográfica da Europa, do atlas de Vidal-Lablache, a despeito da sua pequena escala. Uma carta de Ripley ⁽¹⁾ mostra também a fronteira linguística seguindo um traçado que não é o do Reno, mas apenas abrangendo para a França uma pequena área da Alsacia junto do território de Belfort, outra área junto dos Vosges e enfim outra, a mais extensa, prolongando-se do noroeste da Alsacia para a Lorena onde abrange a maior parte talvez desse território, que corta em diagonal de sudeste para noroeste.

Dominion ⁽²⁾, mais recente e mais detalhado, aproxima-se sensivelmente de Ripley. A fronteira linguística confunde-se na Alta Alsacia com a fronteira política de 1914, menos na região de Montreux e noutra ao nordeste de Fontaine, que são francesas; bem como o pequeno enclave de Courtavon, no angulo do extremo sudoeste da província. Mais para norte, no ocidente da província, alguns distritos alsacianos dos Altos Vosges, interrompidos pela região germânica de Markirch, falam o francês, e esta faixa alarga no curso superior do Bruche e nos Médios Vosges, penetrando na Lorena, da qual abrange urna grande parte. Note-se entretanto que, mesmo nas cidades das regiões incluídas na área francesa, raras populações citadinas da Alsácia-Lorena falam dum modo predominantemente o francês, segundo os dados da carta de Dominion. É de crer, porém, que o facto da predominância do alemão nas cidades tivesse a sua origem na grande proporção de militares e funcionários germânicos, agravando-a ainda as viciações proposi-

(1) Ripley—*Op. cit.*, p. 231.

(2) L. Dominion—*Op. cit.*, p. 413 e segs.

tadas dos censos, viciações que se fariam também por certo nas regiões não citadinas, com o fim de se dar a impressão da germanisação dos territórios ocupados.

A mesma carta mostra que, tanto no norte da Alsácia como na Lorena, a expansão francesa se fez sobretudo do século XVI. em diante, notando-se apenas a contra-expansão germânica na região de Markirch. A verdade é que a política seguida pelos alemães desde 1871 com a Alsácia-Lorena foi infeliz. Os esforços para uma germanisação que de facto uma política hábil e tolerante teria conseguido facilmente em vista dos antecedentes históricos e étnicos e das condições económicas e topográficas, foram de tal modo violentos e compressivos, que deram resultados contraproducentes. Grande parte da população refugiou-se em França e os alsacianos e lorenos ficaram recordando sempre com saudade a branda tutela francesa.

São, pois, razões históricas e o interesse económico (as minas de ferro da Lorena, etc.; a Alsácia é uma região de forte concentração industrial, como dum modo geral a bacia do Reno) que ditaram a recente anexação do território à França. Geograficamente a Alsácia pertence à grande unidade natural que o Reno corta de sul a norte, do Sundgau ao Rheingau. Antropologicamente ela tem uma certa individualidade. Sob o ponto de vista linguístico é sobretudo germânica. Talvez a solução mais conciliatória com o princípio das nacionalidades tivesse sido associar os destinos desta região com os de Baden, formando uma Confederação Renana, análoga à Confederação que, na justa opinião de muitos, se deveria ter formado entre os Estados Danubianos.

Mas a Lorena é mais francesa. Sob o ponto de vista da geografia física, o platô da Lorena, tão bem definido, é uma região natural que nada tem com a região renana, antes se liga ao Luxemburgo e à França. Por outro lado a população fala, mais o francês do que a população alsaciana.

Sob o ponto de vista da religião, na Alsácia-Lorena, como em Baden, predomina o catolicismo. Mas o protestantismo tem, sobretudo no norte da Alsácia, uma extensão que faz destacar estas regiões, um tanto, da França católica. Mas, se em populações de cultura mais rudimentar o factor religioso influe poderosamente na definição das nacionalidades, em populações como estas esse factor não tem tanta

importância, em virtude da liberdade de cultos e da tolerância religiosa que são a regra nos países civilizados.

A França ocupou também grande parte da região do Sarre, a norte da Lorena, a leste do Westrich, numa área hulteira da grande massa primária que fica entre o Hunsruck e os grés triásicos dos Vosges setentrionais. Ao norte este território agora ocupado vai até às origens do Nahe e do Blies, afluente e subafluente, respectivamente, do Reno. A razão justificativa da anexação da bacia do Sarre, que pela letra do tratado de Versailles, só terá a sua nacionalidade definitivamente estabelecida dentro de 15 anos, é evidentemente económica. A França quiz encontrar uma compensação de prejuízos sofridos na guerra: era justo. A população é germânica na língua. No tipo físico não o parece também menos, apesar da sua subbraquicefalia, do que outras populações caracterisadamente alemãs. É possível que os franceses consigam nos seus 15 anos de ocupação o que os alemães não conseguiram com as populações francófilas da Alsácia-Lorena.

A QUESTÃO DO SCHLESWIG

A questão do Schleswig, apesar da Dinamarca não ter pertencido ao número das nações beligerantes e ao grémio aliado, não podia decerto deixar de ser debatida na Conferência da Paz, como de facto foi.

Desde 1867 o Schleswig constituía, com o Holstein, uma província prussiana. Antes de 1865, esta era dinamarquesa, apesar de incluir numerosos alemães. Já em 1848 um movimento ali se desenhara no sentido duma anexação à Alemanha, e em 1866 a Áustria e a Prússia acordaram pelo tratado de Praga em submeter a anexação a uma consulta popular, que afinal se não realizou, sendo a anexação definitiva à Prússia feita sem essa formalidade no ano seguinte.

Embora um tratado em 1907 entre os governos de Berlim e de Copenhague estabelecesse a incorporação na Confederação Germânica, e a despeito dos esforços desenvolvidos pelo governo alemão para germanisar as populações dinamarquesas do território, certo é que o problema continuava em aberto.

Relativamente ao Holstein, não há dúvida sobre o seu

carácter germânico, mas, em relação ao Schleswig, a verdade é que alguns elementos da sua população mantinham as suas afinidades dinamarquesas apesar de todos os esforços empregados pelos alemães para apagarem esses vestígios de filiação étnica que estavam em contradição com a nova nacionalidade atribuída ao território.

Nem todo o Schleswig foi, em consequência da guerra europeia, convidado a decidir dos seus destinos nacionais. Três elementos étnicos distintos povoam a região: dinamarqueses, frísios e alemães. Ora sobre o germanismo do Schleswig meridional, da própria cidade de Schleswig, não houve dúvidas no Congresso da Paz. Os pontos de vista dinamarquês e alemão, tão claramente postos em confronto em duas cartas de Dominion, colocadas uma em face da outra, coincidem aproximadamente em relação a essa parte do território. Os negociadores do tratado da paz respeitaram assim tal unanimidade. Mas o problema era mais controvertido para o norte da região, e, de aí, ter-se dividido esta em duas partes, uma mais setentrional e mais extensa, delimitada a sul por uma linha indo do norte de flensburgo até ao sul de Hoyer, e outra mais meridional e menos extensa, limitada a sul por uma linha irregular, passando a sul de Glucksburg e de Flensburgo, descendo depois para sul, para, mais perto da costa oeste do que da oposta, voltar para noroeste, até ao norte de Ockholm ⁽¹⁾.

Na primeira zona o plebiscito seria global: no caso de dar resultado favorável à Dinamarca, proceder-se-ia então ao plebiscito na zona meridional, mas por comunas, a fim de que, de acordo com os resultados parciais, as Potências aliadas pudessem depois determinar o traçado da fronteira.

Como já vimos num capítulo anterior os resultados na zona setentrional foram abertamente favoráveis à Dinamarca, mas em nenhuma das comunas consultadas na segunda zona houve maioria a favor da Dinamarca: todas se pronunciaram pela Alemanha, havendo mesmo 17 em que não surgiu um único voto dinamarquês. Foi sobretudo na cidade de Flensburgo que houve maior número de votos alemães, o que se explica pela afluência, desde muito, àquela cidade, de imigrantes alemães, atraídos pela sua indústria e pela administração alemã. De resto, ela tinha já representantes alemães no Reichstag e os operários pertenciam à *Sozial Demokratie*

(1) Cf. mapa 41 do atlas Stieler de 1920.

alemã. Ainda assim, as comissões plebiscitárias tiveram conhecimento de alguns factos praticados pelos elementos germanófilos contra a genuidade do voto.. E Qallois assegura no seu artigo sobre o assunto que a própria Dinamarca não ocultava o seu' receio de lhe ser favorável a votação, pois temia atrair a aversão alemã ⁽¹⁾.

Mas a verdade é que os resultados tão diversos nas duas zonas estão de acordo com os dados conhecidos sobre a proveniência étnica das respectivas populações, já em 1848 a população da zona meridional tinha pegado em armas contra o domínio dinamarquês, e a distinção feita agora entre as duas zonas plebiscitárias, bem como os respectivos resultados, corresponde muito sensivelmente às delimitações linguísticas, dadas segundo o ponto de vista dinamarquês. Este que reconhece a existência dum mixto germano-dinamarquês na área norte, com predomínio do segundo elemento em muitas das principais povoações, igualmente reconhece que a região a sul e sudeste de Flensburg é alemã. Os alemães, em Flensburg por exemplo, não reconhecem mais do que uns 7 % da população como falando o dinamarquês. O limite linguístico alemão vae, segundo o mesmo ponto de vista, mais a norte: dêste facto nasceu decerto a ideia da divisão do território contestado em duas zonas quanto à data do plebiscito, e ele explica os resultados de tal plebiscito.

Sob o ponto de vista da geografia física, não é possível encontrar na região agora posta em debate qualquer individualidade em relação ao resto da Jutlândia ou à área que fica prussiana. O traço mais interessante da geografia física do Schleswig-Holstein é a diferença entre a sua porção ocidental e a sua porção oriental. A primeira, compartilhando muitos caracteres dos Países Baixos é chamada em grande parte a Frísia do Norte: uma cadeia de dunas e ilhas a margina em prolongamento de idêntica cadeia da Frísia, seguem-se-lhes os *vadden* que o mar inunda nas marés altas, depois pântanos, e finalmente o *ahl*, charneca revestida de urze e semelhante ao *Oeest* da Holanda. Do lado do Báltico, a costa é mais abrupta e recortada, formando as chanfraduras chamadas *forde*, que penetram muito no interior, como por exemplo as de Apenrade e de Flensburg.

⁽¹⁾ L. Qallois et Era. de Martonne— *Résultats des plebiscites*, etc.- Op, cit., pg. 74 e segs.

A divisória das águas da Península, como o limite ocidental da extensão máxima do último glaciário báltico, é, segundo Gottsche, determinada por um traçado seguindo os fundos de todas aquelas chanfraduras: estaria muito mais perto do Báltico do que do Mar do Norte. Os contrastes entre as duas costas têm origem na extensão dos glaciares a leste e na influência dos ventos de oeste, do lado do Mar do Norte ⁽¹⁾.

Ora a bordadura de ilhas a oeste e a região pantanosa e baixa que se lhe segue, são em alguns pontos povoadas por Frísios, facto que deve estar em relação, segundo Dominion, com a adaptabilidade destes a regiões reclamadas pelo mar. Eles predominam especialmente nas ilhas de Amrum, Halligen e Fohr, bem como nalguns pontos do litoral ocidental, fronteiro a estas ilhas, mas no continente menos do que naquelas ilhas. A sua extensão e importância, se complicam o problema a respeito da nacionalidade da segunda área submetida a plebiscito, não são porém tais que permitam reivindicar para a Holanda, por exemplo, o domínio duma parcela do Schleswig. De resto a Frísia oriental e o norte do Oldenburgo, que são alemães, têm análoga caracterização geográfica.

Sob o ponto de vista da religião, como sob o da raça, não há a notar diferenças sensíveis entre as populações agora consultadas sobre a sua vontade nacional, e as suas limítrofes da Dinamarca ou da Alemanha. São protestantes e de raça nórdica bem caracterizada. Apenas poderíamos notar como mais um argumento, embora de pouco peso, em favor do carácter dinamarquês das regiões que foram consultadas, o facto de, na carta do índice cefálico de Deniker, essas regiões aparecerem com indicação duma dolicocefalia mais acentuada do que a das populações do resto do Schleswig e das regiões alemãs vizinhas, e pelo contrário semelhante à da população dinamarquesa em geral, mais caracterizadamente da raça *nórdica* (o *Homo europaeus* dalguns antropólogos) do que muitas populações alemãs.

Sob o ponto de vista linguístico, e sob o ponto de vista antropológico, a anexação do norte do Schleswig à Dinamarca é um dos actos mais plenamente justificados que os

⁽¹⁾ Cf. A. de Lapparent — *Leçons de Géographie Physique*—3.^a ed. — Paris, 1907, pg. 379 e segs. Muitos dados deste tratado utilizamos no presente artigo.

aliados realizaram na divisão política da Europa. E a consulta, já feita, deve corresponder em grande parte à realidade dos sentimentos nacionais das populações. Sob o ponto de vista da geografia física, se a região ocidental do Schleswig, pantanosa, fértil e bordada de ilhas e dunas, é um prolongamento da Frísia, o resto integra-se mais ou menos na Península dinamarquesa, sem diferenças essenciais com os países baixos do norte da Europa. No caso presente, pretendidas fronteiras naturais não foram chamadas para o estabelecimento dos limites entre a Dinamarca e a Alemanha. O princípio das nacionalidades encontrou aplicação, sem auxílio de vagas concepções geográficas.

A ÁUSTRIA MUTILADA

Pálida sombra do que era, a Áustria de hoje, como já vimos, tem apenas 83.000^{kmq} de superfície e uma população de cerca de 6.300.000 habitantes. A sua forma é extremamente alongada no sentido leste-oeste, dilatando-se somente um pouco na parte oriental ⁽¹⁾. A norte foi amputada com a constituição da Tcheco-Slováquia, a sul reduziram-na concessões importantes à Itália e à Jugo-Slávica, e a leste perdeu a sua associação com a Hungria, a seu turno reduzida também por cedências territoriais à Tcheco-Slováquia, Polónia, Roménia e Jugo-Slávica.

A ocidente, manteve-se a fronteira com a Suíça e com o Liechtenstein até a oeste da passagem de Reschen. A sul, em relação à Itália, a fronteira foi recuada dos Montes Lessini, no norte de Verona, à Passagem do Brenner, tão importante na geografia humana como passagem, histórica através dos Alpes, e situada a nordeste do Oetzthal e a oeste das cadeias dos Tauern, seguindo estas cristas montanhosas até ao Pico dos Três Senhores, dos Altos Tauern, e inflectindo-se depois para sul até se reunir com a antiga fronteira nos Alpes Cárnicos. O Tirol ficou assim dividido em duas áreas, uma

⁽¹⁾ Cf. carta que acompanha o artigo de Em. de Martonne—*Le traité de Saint-Germain et le démembrement de l'Autriche* — "Annales de Géographie" Paris, 1920, artigo que nos forneceu muitos elementos, bem como, além das cartas de conjunto já referidas, as cartas 8, 11, 12, 14, 15, 16, 17, etc. do atlas Stieler 1920, e os trabalhos de Dominion, Deniker, Giuffrida-Ruggeri, etc., já citados.

septentrional, que se manteve austríaca, e outra correspondente ao Tirol central e meridional, que passou à Itália.

A velha aspiração italiana de reaver o Trentino, que sobretudo a acção dos respectivos bispos tinha pouco a pouco entregue à influência germânica manifestada, entre outros modos, na penetração de populações germânicas pelo colo de Brenner desde remota data, foi agora efectivada, ou mesmo ultrapassada, pois ao território desejado pelo irridentismo italiano com legítimo fundamento, se anexou uma vasta porção do Tirol austríaco, que a aplicação imparcial do princípio das nacionalidades indicaria se conservasse austríaco.

A geografia física desta região é interessante, pois abrange vários trechos dos Alpes Orientais, em que a noção das *toalhas* deu tão fecundas concepções, os Alpes dolomíticos do Tirol meridional, e outras formações orográficas meridionais pertencentes como os Alpes dolomíticos, à região das Dinárides de Suess, território delimitado em relação aos outros bordalletes alpinos pela falha alpino-dinâmica de Tennier, que do norte da Lombardia se estende até ao sul do colo de Brenner, inflectindo-se depois para sudeste ao longo do Pusterthal. Mas não há nela autonomia em face de regiões próximas, pois o regimen de toalhas se manifesta noutros pontos destas últimas, e os massiços -dináricos apontados não são mais do que o extremo norte das Dinárides.

A geografia física somente interveiu na escolha das cristas montanhosas como fronteira dentro dum critério de estratégia defensiva, e no alongamento da área anexada para norte porque qualquer ataque austríaco sobre o Trentino representaria uma ameaça imediata para o Veneto, como houve ensejo de verificar na última guerra.

A região do Trentino e do Tirol, agora anexada à Itália, não oferece, de facto, unidade com o Veneto e com o Friul, planícies quaternárias de que diferem profundamente os dobramentos alpinos do norte, como os Altos Tauern, cristalinos e antigos, e os Alpes meridionais, calcáreos ou dolomíticos, geralmente de terrenos secundários, e (em contrário das toa-lhas dos Alpes calcáreos do norte) autóctones. A fronteira anterior a 1914 já não correspondia a qualquer dado geomorfológico uniforme, pois, ao passo que no norte da Lombardia penetrava profundamente nos Alpes, no limite do Trentino recuava até às planícies do Baixo-Adige e do Veneto, deixando apenas logar a alguns restos montanhosos. Agora a Itália penetra mais largamente nos Alpes.

Deixaremos para as notas referentes à Jugo-Slávia o estudo sumário das modificações operadas na fronteira italiana a leste do Tagliamento, isto é nas regiões do Karso, da Istria, da Carníola, etc., nas quais o domínio austríaco foi agora substituído pelo domínio italiano.

Limitar-nos-hemos a referir que a nova fronteira austríaca em seguida aos Alpes Cárnicos, em que manteve o anterior traçado, passou a separar a reduzida Áustria da nova nação jugo-slava, seguindo os Karawanken ao sul de Villach, a leste da qual contorna a sul a bacia de Klagenfurt, que foi sujeita a plebiscito, e, em seguida a Stíria, a norte do Drave e de Marburgo, para atingir a fronteira húngara, perto de Radkersburgo, no Mur.

A Áustria perde assim a sul, além dos territórios já mencionados, que a Itália fica dominando, a Stíria meridional, o resto da Carníola, a Croácia, a Slavónia, a Dalmácia, a Bósnia e a Herzegovina, não falando também no banato de Temesvar, como algumas das regiões anteriores incluído antes na Hungria. O reino dos sérvios, dos croatas e dos slovenos recebe esse vasto quinhão territorial, na sua quasi totalidade.

A região das Dinárides, de Suess, passa para a Itália e para a Jugo-Slávia. Mas, se na Península dos Balkans, como é justo, se não deve incluir qualquer porção da planície húngara, bem distinta, a verdade é que a Jugo-Slávia nos aparece ultrapassando os limites dos Balkans, sem que uma feição morfológica nítida determine a sua extensão a norte. Ultrapassado o Save, o território jugo-slavo ultrapassa ainda em alguns pontos o Drave, como quando vai percorrer as cristas dos Windisch Buheln antes de atingir a leste o curso do Mur.

A fronteira austro-hungara estabelecida pelo tratado de Saint-Germain representa um favor concedido pelos vencedores à Áustria, pois afasta-se um pouco da antiga fronteira em benefício da Áustria, que teve algumas ampliações territoriais do Danúbio ao Mur, à custa da Hungria. Alas esta fronteira de modo algum define rigorosamente duas regiões diferentes sob o ponto de vista geomorfológico. Martonne atribue-lhe um certo valor defensivo apenas no trecho visinho do lago de Neusiedel, a leste de Odenburgo, em vista da existência do lago e dos pântanos próximos.

Ao norte, a Áustria fica confinando com a Tcheco-Slováquia, coincidindo as suas novas fronteiras com as dos seus antigos domínios, a Boémia e Morávia. Apenas a noroeste

de Gmund o novo Estado ganhou uma faixa de território à custa da Áustria vencida, bem como um triângulo a leste, que contem Feldberg. As regiões da Silésia austríaca, da Galícia e da Bukovina, nos confins do extinto império dos Habsburgos, estão também perdidas pela Áustria. A fronteira austro-alemã mantem-se, porém, no traçado de 1914.

Em alguns trechos, a fronteira entre a Áustria e a Tcheco-Slováquia segue o Thuya, que porém breve abandona sem que corresponda o resto do seu traçado a qualquer outro facto de geografia física, a não ser a leste, entre a Áustria e o seu antigo domínio húngaro, hoje tcheco-slovaco até aos arredores de Pressburgo, na qual segue o rio March ou Morawa.

Se dum modo geral as fronteiras do novo território austríaco não correspondem a zonas de separação de regiões fisicamente bem distintas, o próprio território está longe de apresentar sequer vestígios de individualidade geomorfológica. Póde dizer-se que a Áustria de hoje é apenas urna porção dos Alpes, mal definida por caracteres geomorfológicos especiais, e à qual ficam juxtapostos a norte e leste: os últimos prolongamentos do Bohmer Wald (Floresta da Boémia) e do Bayrischer Wald (Floresta da Baviera), em que o Danúbio abre caminho por entre gneisses e granitos; a depressão de Viena, entalada entre o Wiener Wald (Floresta de Viena), última formação da zona pré—alpina, e as alturas que a norte vão marcando a transição para o plató morávio, alturas seguidas a leste do Morava pelos Pequenos Carpatos, fazendo transição pelos Beskides para os Carpatos propriamente ditos; as manchas terciárias a sul e leste de Graz; e enfim, da bacia de Viena ao Mur, ao longo da parte oriental do país, as primeiras áreas da grande planície húngara.

Sob o ponto de vista étnico, pretendeu-se revindicar à Áustria os territórios com populações em que os alemães não predominassem. Efectivamente no antigo império austro-húngaro, havia italianos, magiares, slavos do sul, polacos, tchecos, slovacos, russos, ruténios, romaicos, etc. além dos alemães. Era o mais complexo país da Europa sob um tal ponto de vista: "nove milhões de alemães dominavam dezasseis milhões de slavos e um milhão de latinos".

Uma tal anomalia exigia naturalmente correcção e esta devia surgir com a vitória aliada. Infelizmente ultrapassou, ao que parece, os limites que os interesses europeus e a aplicação rigorosa do princípio das nacionalidades permitiam,

De facto a Áustria perdeu não só os povos que indevidamente dominava, mas cerca de três milhões de alemães, que ficaram sob o domínio da Itália, da Tcheco-Slováquia, da Jugo-Slávica, etc. Depois, ficou numa posição desvantajosa, sem qualquer comunicação com o mar, com uma forma sob muitos aspectos prejudicial — excessivamente alongada —, uma capital excêntrica e extremamente populosa em relação ao resto do país, uma inteira dependência dos países limítrofes. Inverteram-se os papéis: em nome da justiça foi-se porventura injusto; ao menos poder-se-ia ter proclamado que "não havia justiça para com os injustos" ⁽¹⁾, segundo uma nova fórmula, bem estranha, de direito revolucionário.

Pelo que diz respeito ao tipo físico das populações do actual território austríaco, elas não formam uma unidade somatológica distinta das populações limítrofes: as estaturas-superiores a 1^m,65 predominam, havendo uma pequena área de estaturas baixas a leste" mas em geral estaturas altas. O índice cefálico é subbraquicéfalo ou mesaticéfalo, menos a oeste com a aproximação da Suíça e da Baviera, numa extensa área que é de braquicefalia acentuada. É certo que em alguns trechos, como no sul, as fronteiras políticas estabelecidas agora se aproximam de linhas de separação de índices cefálicos, e a leste está um tanto marcada a separação de alemães altos de magiares mais baixos, mas não é possível perante os dados sumariados nas cartas antropológicas como as de Deniker, concluir que tais diferenças têm grande valor antropogeográfico. De resto não bastam dois ou três caracteres somáticos isolados para estabelecer o tipo físico duma população, mormente havendo tão intensas mestiçagens, com as que há na Europa, e sendo ainda tão precário como é, o conhecimento de muitas populações, e tão mal assentes o número e caracterização das raças europeias.

A carta de Deniker que resume a distribuição das raças na Europa ⁽²⁾, dá-nos na Áustria actual um predomínio da raça sub-adriática, dividida em duas áreas por uma faixa SE.-NO. de raça adriática, e contendo aqui e ali manchas de raça alpina ou cevénola. A zona de raça sub-adriática mais extensa é a leste. A ocidental é muito menos importante. Auerbach, citado por Giuffrida-Ruggeri, diz que os austría-

(1) Quintiliano Saldaria—*La revolucion. russa* — Madrid, 1920.
Deniker—*Les races et les peuples de l'Europe*—Ps.ris, 1900.

cos são bávaros alterados *in loco* pelo isolamento nos vales, talvez também ao contacto dos antigos habitantes. Salzburgo foi no fim do século VII, o centro de germanisação das regiões alpinas, povoadas por slovenos, cuja mudança simultânea de credo religioso foi por Vosnjak considerada o maior golpe dirigido contra a sua unidade nacional. Giuffrida-Ruggeri, sobre dados de vários autores, conclue que a população sud-alemã da Áustria é constituída, no fundo, pelo *Homo alpinas*, de estatura aumentada ⁽¹⁾. Num outro estudo ⁽²⁾, seguindo o ponto de vista de Ripley, considera a pretendida raça sub-adriática da classificação de Deniker, como uma concepção inaceitável deste, que, fundando-se na estatura e índice cefálico apenas, dava a esse tipo uma extraordinária difusão na Europa, como igualmente fazia à raça adriática, que não poderia ter tal expansão, e que ele supunha entrar com outras raças num muito hipotético cruzamento do qual teria resultado a raça sub-adriática.

Verdade é que, nem sob o ponto de vista do credo religioso, nem sob o ponto de vista da raça, nem sob o da língua, os austríacos se separam das populações da Baviera. Se a aspiração nacional austríaca, hoje que a mina surge para o antigo império, é a integração na Alemanha, não há fundamentos rascáveis a opor-lhe, dentro da aplicação integral do princípio das nacionalidades. Economicamente a Áustria está aniquilada: falta-lhe a comunicação livre com o mar, faltam-lhe muitas vias férreas de capital importância, muitos centros industriais, como os da Silésia e da Boémia, regiões agrícolas como a Morávia e o Tirol, regiões mineiras, etc. Ficam-lhe, é certo, algumas áreas agrícolas como nas margens do Danúbio, importantes centros industriais, como os do Vale do Inn, mas embora Martonne compare as condições actuais da Áustria às de outro país montanhoso e sem comunicação com o mar, a Suíça, é inegável que o desequilíbrio entre Viena e os reduzidos restos do grande império, a distribuição de população, a disposição de redes de comunicações, o excessivo alongamento, a fraqueza estratégica, etc., na Áustria actual, não permitem comparação com a Suíça.

⁽¹⁾ Giuffrida-Ruggeri — *Les bases nationales-éthiques*, etc., Op. cit.

⁽²⁾ Id. — *Un problema antropológico a propósito dei Dalmati* — "Archivio per l'Antropologia e la Etnologia" — Vol. XLVIII, 1919, Firenze, 1920, pg. 19 e segs.

A anexação de parte do Tirol pela Itália fez-se com o sacrifício de mais de 200.000 Austriacos que habitam o Tirol central e as origens do Adige. A fronteira linguística não foi respeitada ⁽¹⁾, e, sob o ponto de vista da raça, convém notar que- os Tirolêses são mais altos do que os Italianos do Trentino, e mais braquicéfalos dum modo geral do que estes últimos. Os Ladinos, agora anexados à Itália, não diferem sensivelmente nem sob o ponto de vista do índice cefálico nem sob o da língua, dos Friulanos do norte de Itália. É interessante notar a extensão da influência germânica para o sul ao longo do Adige: a fronteira linguística tem um importante saliente no eixo do Tirol segundo a direcção daquele rio ⁽²⁾.

Em relação à Itália em conjunto, as populações das regiões agora anexadas aproximam-se mais na estatura e índice cefálico, das populações das regiões vizinhas da Europa central do que daquela. Prevaleceram as razões estratégicas, políticas e linguísticas: mas estas últimas foram desrespeitadas na parte referentes ao Tirol central e origens do Adige.

A bacia de Klagenfurt, no sul da nova Áustria, depressão terciária e flúvio-glaciária ao norte dos Karawanken, era disputada pela Jugo-Slávia, que afirmava o predomínio dos Slovenos, peio menos na parte meridional, e além disso pretendia a posse de regiões importantes sob o ponto de vista estratégico como as que a Itália adquirira, e bem assim o domínio de áreas importantes sob o ponto de vista das comunicações entre o sul da Europa e a Áustria e Europa Central. A oeste conservara-se à Áustria a posse da região de Villach, cidade em que a influência germânica predomina, como noutras, mais do que no campo, e que é um ponto de convergência de importantes vias férreas, principalmente a que segue para Viena. Sacrificára-se, diz Martonne, o núcleo sloveno de Vale de Gail, perto de Hermagor.

Mas, relativamente a Klagenfurt, — em que a slavização é grande desde a Idade Média, mas em que a influência

⁽¹⁾ Não falamos nos estabelecimentos germânicos isolados de Sette Comuni e Tredici, que são, por assim dizer as guardas avançadas da expansão germânica, condenadas a desaparecerem por efeito das influências italianas ambientes. Segundo Marinelli (M. Zimmermann — *L'ethnographie de la frontière nord-italienne* — "Ann. de Géogr.", xxix, 1920, p. 148), no grupo das 13 Comunas, ao norte de Verona, o alemão em 1911 era apenas falado por 170 pessoas.

⁽²⁾ L. Dominion — *Op. cit.*, p. 423.

germânica vinda do norte começara uma obra de germanização facilitada pela condescendência com que os camponeses slovenos adoptavam a língua dos senhores, e pela comunidade de religião em vista da adopção, pelos Slovenos, da religião católica, deixou-se à consulta popular a fixação da nacionalidade: essa consulta seria feita primeiro numa zona meridional e depois, se aquela tivesse dado resultados favoráveis à Jugo-Slávia, numa região setentrional, que é a mais populosa e contem a cidade de Klagenfurt. Ora o resultado foi logo na primeira consulta, favorável à Áustria, de modo que a Jugo-Slávia não verá realizadas, pelo menos por agora, as suas aspirações nesta parte.

Sob o ponto de vista linguístico a área slovena, segundo Dominion, deixando a cidade de Klagenfurt e a zona setentrional à influência germânica, estendia-se porém nitidamente na zona meridional. O plebiscito agora realizado vem entretanto confirmar que nem sempre os sentimentos nacionais estão em relação com as áreas linguísticas.

Racialmente, tanto quanto as cartas de Deniker sôbre a estatura e índice cefálico na Europa o permitem supor, diremos que não há uma distinção nítida entre a região de Klagenfurt e as regiões austríacas visinhas. Pelo índice cefálico poderíamos mesmo atribuir ao Drave, junto de Klagenfurt, o papel de limite entre a braquicefalia característica da raça adriática e a subbraquicefalia, mais moderada, a norte do rio. Mas faltam dados sôbre o sudeste, da Caríntia.

Das restantes amputações sofridas pela Áustria e da divisão entre a Itália e Jugo-Slávia nos ocuparemos adeante".

A TCHECO-SLOVÁQUIA

A Tcheco-Slováquia, constituída pelo antigo reino da Boémia, pela Morávia, por parte da Silésia, e por algumas regiões do norte da Hungria habitadas por Slovacos e Rutenos ⁽¹⁾, é um dos novos Estados nascidos da desagregação do império dos Habsburgos. Tem 137 mil quil.² de superfície ou seja urna vez e meia aproximadamente, a da Áustria

(1) Vd. Emm. de Martonrie — *L' Etat tchecoslovaque* — "Ann. de Géogr.", 1920, p. 161 e segs., bem como a carta correspondente, outras já citadas também, os trabalhos de Dominion, Deniker, G. Ruggeri, etc., igualmente mencionados, e as cartas 17 e 18 do atlas Stieler.

actual. Correspondendo em grande parte à afirmação dum poderoso sentimento nacional, nem porisso deixa de abrigar numerosas causas de fraqueza, desde uma importante população alógena, até uma forma e posição que de modo algum lhe são favoráveis, pois a colocam numa estreita dependência dos Estados vizinhos.

Sob o ponto de vista da geografia física, a Boémia é duma unidade bem estabelecida. Massico de terrenos arcaicos e paleozóicos, bordado no fim do carbónico por cadeias de montanhas ocupando os logares das actuais Erzgebirge e Bohmerwald, sofreu um abatimento no seu interior, até que novos impulsos orogénicos vieram margina-la pelos Erzgebirge a noroeste, os Sudetes e Riesengebirge a nordeste, e a Bohmerwald a sudoeste, marginada a sudoeste pela Bayerischerwald. Quasi todas estas formações montanhosas vieram assim ocupar o lugar de antigos relevos que a erosão planificara sensivelmente. E, embora o circuito de montanhas não seja fechado, especialmente a sudeste, região de alturas fazendo transição para o peneplano da Morávia, pôde dizer-se que a Boémia é uma cuveta em forma de quadrilátero quasi regular, correspondendo ao curso superior do Elba.

Na Morávia, parte central do novo Estado, platós mamelonados encaixam a bacia do March ou Morawa, e o alto Oder rompe a nordeste pela célebre "porta da Morávia". A leste do March surgem as primeiras formações ocidentais dos Carpatos, massiços oferecendo diferenças em relação aos Alpes, especialmente na altitude menor, na ausência de glaciares, na abundância de florestas, na extensão do *flysch* cretácico e terciário, e especialmente num menos denso estreitamento de elevações, o que facilitou o povoamento e a existência humana. A sul a planície húngara prolonga-se até ao sopé destas formações orográficas e penetra por vezes profundamente nos seus intervalos. Ao norte a Silésia marca o início duma região diferente: é um país de transição entre a plataforma inteiriça e estável da Rússia e a parte dobrada e deslocada da Europa (').

Desta breve resenha resulta a noção da multiplicidade de aspetos físicos do território tcheco-slovaco, desde muito cedo povoado e fertilisado pelo homem, o que se manifesta na abundância de estações preistóricas e vestígios de

(¹) A. de Lapparent—*Op. cit.* p. 506.

colonizações activas. O *corredor* que a Morávia constitue, desempenhou também um importante papel na geografia humana, canalizando as correntes migratórias e até a marcha de exércitos, das regiões do norte, como a Polónia, sobre o sul, por exemplo sobre a região de Viena.

As condições naturais permitem que a agricultura e a indústria, sob as suas formas mais variadas, se desenvolvam e prosperem na Tcheco-Slováquia, mas ninguém pode proclamar a rigor a unidade geográfica do território. Se a Boémia, na expressão justa de Mc. Farlane, ⁽¹⁾ parece designada, pela natureza e pela posição estratégica, para Pátria dum povo forte e homogéneo, e se a Morávia é em parte uma dependência do massiço boémio, a Slováquia e Ruténia pertencem aos Carpatos, e a planície húngara também penetra a sul o novo Estado.

Com a Alemanha, a fronteira da Tcheco-Slováquia corresponde à do antigo império austro-húngaro, menos num pequeno quadrilátero a leste de Troppau, cuja população é averiguadamente tcheque. Relativamente à Áustria, a fronteira corresponde à das antigas Boémia e Morávia, menos junto de Gmund, em que um núcleo ferroviário é anexado à nova nação, e junto de Presburgo. Depois, com a Hungria, é extremamente complicada, podendo sumariamente dizer-se que acompanha mais ou menos o Danúbio até a noroeste de Budapest, para depois seguir o Ipol que deixa ao sul de Lacenec para, num traçado muito irregular, ir atingir o curso do Tisza ou Theiss em Czap. seguindo-o irregularmente até aos Carpatos em delimitação primeiro da Hungria, e, depois, da Roménia. Emfim a fronteira entre a Polónia e a Tcheco-Slováquia é dada pouco mais ou menos pela antiga fronteira, nos Carpatos, da Galícia austríaca com a Hungria.

Sob o ponto de vista étnico, os Boémios e os Morávios representam a guarda avançada dos Slavs na Europa: no hospitaleiro massiço da Boémia se chocaram as ondas germânicas e as massas slavas. Segundo nota Miss Semple, os Slavs e os Teutões encontraram-se na Europa Central e ficaram definindo uma fronteira étnica sinuosa, com penínsulas alternadas, estendendo-se essa fronteira entre 14 e 24° de longitude E. de Gr. ⁽²⁾ As fronteiras étnicas raro coincidiam com

⁽¹⁾ Mc. Farlane — *Op. cit.*, pg. 93.

⁽²⁾ E. Semple — *Op. cit.*, pg. 222.

as fronteiras políticas, mas é necessário confessar que do mesmo modo continuam a não coincidir depois da última guerra.

Apenas uma decisão da Conferência dos Embaixadores de 28 de julho de 1920 alargou o enclave polaco, situado entre o Tartra e Neumarkt, com a concessão de algumas comunas, antigamente húngaras, de Spisz e de Orawa, respectivamente nos cantos nordeste e noroeste do enclave. Quanto à Silésia de Teschen, ao norte dos Beskides Ocidentais, o plebiscito foi substituído também por uma decisão arbitrai, ficando a Tcheco-Slováquia com a região ocidental e a Polónia com a oriental; a fronteira passa a leste da linha férrea que da Silésia prussiana, vai por Karvin, Teschen e Jablunka penetrar na Slováquia. A Tcheco-Slováquia fica a posse da importante bacia hulheira de Ostrau-Karvin, que por si só produz maior quantidade de hulha do que todas as outras regiões da Boémia e da Morávia reunidas, pondo mesmo de parte as linhites da primeira, avaliando-se, por tal, da importância económica que a sua posse representa. (1)

Os recenseamentos austríacos davam a maioria na região de Teschen aos Polacos que constituíam 55 % da população total; os Tcheques teriam somente 27 % e os Alemães 18 %, e embora Martonne ponha reservas a esta estatística, a verdade é que na carta em que Dominion dá a área linguística polaca, quasi toda a região de Teschen é atribuída aos Polacos, devendo porém notar-se que a cidade de Teschen, que Martonne apresenta como polaca, contem, segundo Dominion — cujos dados os autores da remodelação geográfica da Europa, utilizaram talvez frequentemente quando isso se não opunha a outros interesses — uma maioria germânica de mais de 75 %, sucedendo o mesmo com Troppau, que de resto está mesmo na área germânica. Neste como noutros pontos da fronteira tcheco-slovaca, não foi o critério linguístico que determinou a fixação do respectivo traçado. Sob o ponto de vista antropológico a região de Teschen forma, pela estatura e índice cefálico, parte integrante duma faixa de extrema braquicefalia e estatura mais alta do que a da periferia, que penetra na Tcheco-Slováquia de nordeste para sudoeste, mas não havendo grandes elementos de comparação para as regiões alemãs do norte da Silésia, não carece fundado tirar

(1) L. Gallois e Martonne — *Op. cit.*, pg. 76.

conclusões desse facto que as carias de Deniker põem em evidência.

A sudoeste do novo estado, no Bohmerwald, há um importante núcleo bávaro, e a nordeste, em todos os Erzgebirge, estendem-se Saxões e outros germânicos provenientes da Turíngia e Francónia. Os Saxões abundam, segundo Dominion, especialmente no vale do Elba.

Ora, se os Boémios e Morávios formam sob o ponto de vista da língua e da sua consciência nacional uma nacionalidade bem definida a que talvez possamos juntar os Slovacos, seus vizinhos de Este, a verdade é que o novo Estado engloba com eles, numa população de cerca de 13 milhões de habitantes, uns 4 milhões de Alemães, nem todos dispersos, antes em grande parte reunidos, sobretudo a oeste. E' escusado pôr em relevo o perigo que para a unidade nacional há nesta tão forte proporção de elementos alógenos, cuja importância económica e política se não pode menosprezar.

A Boémia tem um passado histórico independente, embora um tanto remoto. A denominação de Tcheques apareceu, segundo diz Dominion, no século VI. Trez séculos depois estabelece-se a unidade política, com a conversão ao cristianismo. Destruída depois de 1620, após a rápida batalha da Montanha Branca, a autonomia, um longo período de tutela estranha não impediu, graças a um belo desenvolvimento cultural e literário, a renovação do sentimento pátrio, e ninguém extranhou que nas ruas de Praga se proclamasse a independência tcheque antes da derrota final da Áustria.

Mas a união da Boémia, da Morávia e das regiões orientais do novo Estado num só todo político não tem qualquer tradição histórica. Os Slovacos, a despeito das suas afinidades tcheques, pouco ícem "fraternizado" com estes: acenam-no Bainville e Dominion. E sobretudo na Slováquia e na ⁽¹⁾ Galícia Ocidental há muitos Magiares (que predominam em alguns pontos sobre os Slovacos), Polacos e Ruténios. Além disso nem só a oeste há manchas germânicas importantes. Entre a Boémia e a Morávia, nos Sudetes, e na Slováquia, há muitas regiões alemãs.

Ainda há pouco os jornais anunciaram sérios conflitos em Praga entre o partido alemão e a população tcheque. Conflitos análogos se teem dado noutras cidades tcheco-slovacas. E pode fazer-se um juízo da importância germânica

(1) *Ibid.*, pg. 93.

no território da nova república, pela enorme representação parlamentar que nela tem os partidos alemães. Em 199 deputados eleitos, 73 são dos partidos alemães, não falando nos 10 deputados alemães e magiares dos 60 que foram eleitos pela Eslováquia. Em 26 de maio esses deputados entraram na sala das sessões em filas serradas testemunhando a educação militar germânica, e um deputado magiar ergueu um viva à liberdade das nações oprimidas, porventura esquecido de que a Áustria conservava antes da guerra sob o seu domínio um número de indivíduos não germânicos quase duplo do dos Alemães. (1)

Se lembrarmos que o Estado Tcheco-Slovaco é rodeado a nordeste e a sudoeste por países germânicos, a Áustria e a Alemanha, facilmente se terá a noção do enorme perigo em que se encontra, isolado de mais a mais do resto da Europa Ocidental, nem sequer tendo comunicação directa com o mar.

O tipo físico dos Slavs que entram na constituição da Tcheco-Slováquia não é uniforme. Destacam-se no entanto, pela sua mais acentuada braquicefalia, as populações da Áustria a sul, mas sob o ponto de vista da estatura, os do norte e bem assim alguns do centro da Morávia e os Eslovacos destacam-se pela menor estatura em relação aos restantes e aos seus vizinhos do sul. Os Ruténios das montanhas são mais altos do que os das planícies da Galícia, o que está em oposição à pretendida lei antropológica segundo a qual a estatura baixaria com o habitat montanhoso.

Ivanovskij (2) acentua a diversidade física dos Slavs, que constituem um grupo linguístico e não um grupo somatológico. No entanto os Tcheques da Boémia e da Morávia apresentam, como consta dos dados reunidos por Deniker, uma braquicefalia bastante característica.

A posse da região de Teschen que é um importante centro industrial e mineiro, traz enormes vantagens económicas à Tcheco-Slováquia, que de resto era a seu turno uma das áreas de mais importante concentração industrial e mineira no império austro-húngaro.

A despeito das suas regiões agrícolas (por exemplo o

(1) Emmanuel Cenkov — *La Bohème ressuscitée* — «Revue Politique et Parlementaire», t. CVI, 1921, pg. 143.

(2) Giuffrida-Ruggeri — *Les bases nationales-ethniques en Autriche-Hongrie* — Op. cit, pg. 37.

célebre celeiro da Morávia), terá de importar produtos alimentares. Esta dependência económica dos outros países e bem assim a falta de vias comerciais próprias para o mar dificultarão muito a sua actividade como país independente. Note-mos ainda que grande parte da indústria está nas mãos de Alemães. Também foi preciso promulgar, quasi imediatamente à constituição da nova república, medidas tendentes a arrancar a propriedade, em parte, ao domínio exclusivo de grandes proprietários, em cujas mãos estavam extensões territoriais enormes.

O aproveitamento do Elba, do Oder e do Danúbio como estradas comerciais da Tcheco-Slováquia, tem sido estudado a despeito das dificuldades que encerra. Também tem sido estudadas as transformações a fazer na rede ferro-viária, no sentido de modificar as suas anteriores disposições, todas tendentes a encaminhar a actividade comercial daquelas regiões para Viena e Budapest.

Apezar de tudo, o futuro da Tcheco-Slováquia, em virtude da sua heterogeneidade de população e das suas condições de posição e configuração, encerra um tremendo enigma. Não será, porém, muito infundado recear pela sua sorte ao primeiro retorno ofensivo do imperialismo germânico. A Polónia, pelo menos presentemente, é mais sua inimiga do que amiga. Se tal situação prosseguir, não é de surpreender que um dia as nações da Europa Ocidental tenham de assistir de braços cruzados à imolação duma nacionalidade, aliás tão digna de simpatia, que elas não souberam, ou não puderam, organizar com bastantes elementos de força e resistência contra os seus vizinhos de todos os lados, e até contra os seus inimigos internos.

O PROBLEMA BALKÂNICO

A Península Balkânica, donde surgiu o rastilho que precipitou quasi todo o mundo na tremenda guerra de 1914, encerra os mais intrincados problemas de geografia política, e, pela complicação da sua constituição etnológica, explica a dificuldade que tem, havido em fazer cessar o desequilíbrio inquietante e perigoso em que vivem permanentemente as suas populações, constituindo um foco de perturbações, a todo o instante generalizadas ao resto da Europa.

Na sua acepção mais larga, a Península Balkânica. começa,

escreve Lapparent ⁽¹⁾, no ponto em que os dobramentos dos Alpes Orientais, encontrando o massiço antigo da Croácia, são forçados a inflectir-se para o sudeste, formando as cadeias dináricas. Duas regiões podem admitir-se na Península: a ocidental, formada por terrenos na sua maioria secundários e calcáreos e que foi sede dos dobramentos dináricos e helénicos, de direcção predominante sul-sudeste; e a oriental com predomínio de terrenos antigos, sede dos dobramentos balkânicos dirigidos no sentido oeste-leste e encostados pelo lado meridional ao Rodope. Nesta segunda região abundam as bacias de afundimento, como a de Andrinópla e a da Trácia.

A submersão parcial das cadeias dináricas determinou a forma curiosa da costa dálmata, tão típica pelos seus alinhamentos de ilhas e promontórios longitudinais. Pelos seus caracteres geomorfológicos, a região ao sul de Laibach, compreendendo a istria, e grande parte da Carníola, pertence à área dinárica. São muito curiosas as fonnas de fissuração dos calcáreos que constituem os platós desta região, designada do Karst, e apenas interrompidos por alguns mantos terciários. Os caractéres da região do Karst proseguem na costa dalmata, na Croácia, na Bósnia, na Herzegovina e no Montenegro. A leste, uma interessante região, tanto sob o ponto de vista da geografia física como sob o ponto de vista etnológico, é a do Dubrudja, plató de calcáreo cretaico coberto de loess, que o Danúbio contorna por oeste e pelo norte, lançando-se no Mar Negro pelas bocas do seu enorme delta.

Ora nesta Península tão acidentada encontraram-se numerosas migrações de povos e correntes de cultura. Aqui resolveram os aliados, engrandecendo a Sérvia, constituir um reino muito superior em extensão e população à actual Áustria, que perdeu a Carníola, parte da Slovénia, a Croácia, a Dalmácia, a Bósnia e a Herzegovina, como o Banato de Temesvar, antes húngaro, para, com a Sérvia, o Montenegro e alguns tractos territoriais antes búlgaros, se constituir a Jugoslávia ou Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos.

A Ilíria, separada em vales distintos e de acesso difícil, foi na antiguidade habitada por povos semi-selvagens, constantemente entregues a latrocínios e guerras, entre si, com a Macedónia ou depois com Roma. Dominados sucessivamente dum modo mais ou menos completo pelos

(1) A. de Lapparent—*Op. cif.*, p. 518 e segs.

conquistadores vários da Península, foram por Napoleão reunidos nas Províncias Ilíricas, breve integradas na Áustria. Por outro lado pouco a pouco a Sérvia fora acentuando a sua independência perante a onda turca que desde muito avassalara quási toda a Península, e na segunda metade do século xix estava erigida em reino autónomo.

A expansão slava na Península Balkânica deu-se por volta do século vi da era cristã. Uma massa de Avaros e Magiares se intercalou porém entre os povos slavs dos Balkans, e as Slavs de Este hoje representados pelos Tchecos, Slovacos, Polacos, etc. ⁽¹⁾. Slovenos, Croatas, Sérvios, Búlgaros, etc. são hoje considerados os *Slavs do sul* (*Jugoslavos*), na acepção larga do termo. Embora dominados quási ininterruptamente pela Áustria, cuja tarefa, como já dissemos, foi facilitada pela conversão de algumas destas populações ao catolicismo, os Slovenos da Caríntia, da Stíria e da Carníola, só recentemente experimentaram um avivamento dos seus sentimentos nacionais, e Laibach ficou sendo o centro dum interessante movimento nacionalista, tendo em 1897 reunido naquela cidade um Congresso sloveno que formulou um programa de reivindicações políticas e nacionais f). A importância dos Slovenos na antiga Áustria era grande, em virtude da sua cultura relativamente desenvolvida. O centro intelectual dos Croatas, agora libertados da tutela húngara, era em Zagreb, que estava aliás na área do dialeto sloveno, Mas os antigos Croatas seriara pertencentes ao grupo étnico dos Avaros, e, tendo subjugado no século vi os Slavs que habitavam o antigo Illyricum dos Romanos, desde muito antes povoado por Slavs, se teriam slavizado ao contacto com os vencidos — na opinião de alguns autores.

Os Sérvios, dos quais se começa a falar nos séculos v e vi, constituem um núcleo étnico numeroso, embora não de cultura superior à das populações anteriormente tuteladas pela Áustria-Hungria. Linguísticamente, os Slovenos e Croatas orientais pertencem ao grupo *kaikavski*, os Croatas do litoral e as populações jugo-slavas da Síria e da costa setentrional dalmata ao grupo *tsakavski*, e os Sérvios falam o *stokavski*, cuja esfera de influência se ampliou para norte

⁽¹⁾ Ripley — *Op. cit.*, p. 345.

⁽²⁾ Giuffrida-Ruggeri — *Les bases nationales-ethniques en Autriche-Hongrie*, op. cit., p. 28.

entre os Croatas, hoje afins dos Sérvios sob o ponto de vista da língua ⁽¹⁾. Mas ao passo que os Sérvios conservaram o alfabeto cirílico, os Slovenos e os Croatas adotaram os caracteres latinos. Sob o ponto de vista religioso como sob o da língua e cultura, diferenças importantes distinguem também uns dos outros os Jugo-slavos. Os Slovenos e Croatas são católicos, os Sérvios pertencem à igreja ortodoxa grega, aparte um pequeno núcleo islamita, com o centro em Sarajevo (2).

Antropologicamente, os dados de Weisbach e de Pittard permitem estabelecer um predomínio de altas estaturas e braquicefalia em quasi todo o actual território jugo-slavo. Apenas, segundo Pittard, os Sérvios do norte seriam mesaticéfalos ou dolícoides. Deniker localisa na região ilírica a mais extensa zona da raça adriática ou dinárica da sua classificação. A estatura sobretudo marca um acentuado contraste com as populações orientais da Península. Em toda esta predomina o tipo moreno, mas ao passo que os Sérvios e Búlgaros são na sua maioria mesorrínicos, o resto da população balcânica é leptorrínica (3).

Não deve ter deixado de causar certa surpresa o resultado de plebiscito da Caríntia meridional, que se supunha, pela sua população slovena, afecta à novel Jugo-Slávica. Mas onde esta sofreu um rude golpe foi na demarcação com a Itália.

Toda a gente tem conhecimento dos lances românticos de que Annunzio cercou a sua aventura sobre Fiume, dizendo-a inspirada nos mais puros e altos ideais de italianismo. E no entanto a expansão italiana na Istria e na costa do Adriático fez-se em grande parte à custa dos direitos slavos. Se o tratado de Rapallo restringiu bastante os apetites italianos nem porisso ele deixa de encerrar cláusulas em oposição ao tão falado princípio das nacionalidades.

A fronteira ítalo-jugoslava actual, deixa os Alpes Cárnicos adiante de Tarvis, antes dos Karawanken, e dirige-se

(1) *Md.*, pp. 29 e 30.

(2) *Dominion—Linguistic areas in Europe — Op. cit.*, p. 439.

(3) Além dos trabalhos de Deniker e Ripley já referidos, cf.: E. Pittard — *Les peuples des Balkans* — Genève, Lyon, 1920, análise em "L'Anthropologie", t. xxx, p. 416 e segs.; id. — *Anthropométrie comparative des populations balkaniques* — "C.-R. de l'Académie des Sciences", Paris, 1915, etc.

para sudeste, cortando o oeste da Carníola, de modo a deixar jugo-slava a região de Laibach, e, passando por Schneeberg, vem terminar perto de Fiume, que fica um Estado Livre, embora porcerto sob a influência italiana. O golfo de Trieste e a Ístria ficam italianos, bem como ainda Zara e algumas ilhas da costa dalmata.

É fora de dúvida que a população germânica e magiar das antigas províncias adriáticas do império austro-húngaro se reduzia aos funcionários civis e militares e a negociantes. A massa da população é slava e italiana, sendo interessante notar que os Italianos se confinam nas regiões planas dos litorais e os Slavos ocupam sobretudo as regiões montanhosas. Mas já no Friul, da Itália, se contavam antes da guerra uns 50.000 Slovenos. Presentemente o número de Slavos dominados pela Itália subiu consideravelmente.

Sob o ponto de vista da geografia física, a Ístria e a porção da Carníola que os Italianos dominam hoje, é mais balcânica do que italiana: os fenómenos cárscicos de fissuração de calcários e de circulação subterrânea que caracterizam essas regiões, existem igualmente na Sérvia e no Montenegro, e segundo vários geógrafos italianos, portanto insuspeitos, o monte Triglav forma o ponto em que os Alpes Orientais se inflectem para formarem as cadeias dináricas ⁽¹⁾, sendo em geral estabelecido como limite ocidental da base da península balcânica o Isonzo, a leste do qual se encontra Goritzia e uma extensa faixa territorial hoje politicamente subordinada à Itália.

As áreas linguísticas latina e slava encontram-se também segundo uma fronteira que não corresponde à actual fronteira política. O oeste da Ístria, mais de uma terça parte desta pequena península, é italiano. Trieste conta mais Italianos do que Slavos, e daí a fronteira linguística dirige-se para noroeste cortando o Isonzo antes de Goritzia, que fica já na área slava, e indo até ao norte de Udine, para voltar para nordeste até Malborghet a oeste de Tarvis. Em Malborghet encontram-se as áreas linguísticas latina, germânica e slava ⁽²⁾.

Na ilhas dálmatas e na costa ilírica o italiano está representado fracamente: predomina apenas em Zara e Spalato, e aparece também em Sebenico, Ragusa e Cattaro, em cen-

(1) Niko Zupanic — *Ave Illyria*—Paris, 1919, pp. 18 e segs.

(2) Dominion — *Op. cit.*, p. 423 e segs,

tros urbanos, em que há uma colónia italiana rica e florescente ⁽¹⁾.

Segundo Marinelli (2), o vale do Fella, afluente do Tagliamento, é povoado ao norte por Italianos, Slavos e Alemães: lado a lado, desde séculos, se encontram povoações de todas estas nacionalidades. A Venezia Giulia (dos italianos) ou Kustenland (dos Alemães) é etnograficamente uma das regiões da Europa mais complicadas. No condado de Udine há 35.000 Slovenos, no de Goritzia, para 100.000 Italianos, há 155.000 Slavos, e, segundo o mesmo autor, a Istria, além de 153.500 Italianos, 108.000 Sérvio-croatas e 55.000 Slovenos, compreende 13.300 Alemães, na sua maior parte atraídos pela importância militar crescente de Pola e por algumas praias de turismo, como Abbazia. Em Trieste, de 220.000 habitantes, 150.000 pelo menos são italianos, mas entre os habitantes incluídos neste número há muitos Slavos italianizados. Nos arrabaldes há uns 60.000 Slovenos, além de bastantes Alemães. Em Fiume os Italianos têm a superioridade numérica, mas Marinelli — diz Zimmermann — *esquece-se* dos habitantes croatas do arrabalde de Sušak. Em Goritzia a cidade antiga é italiana, mas também os arrabaldes são habitados por grande número de Slovenos. Em resumo, nos centros urbanos e no litoral, abundam os Italianos, pelo menos de nome, mas o resto nas regiões contestadas é quasi exclusivamente slavo.

Antropológicamente, as populações slavas submetidas agora à Itália estão na área de distribuição da raça adriática, na carta das raças europeias, de Deniker. São braquicéfalos de, alta estatura, e, na carta do índice cefálico por exemplo, a Istria mostra bem ser uma dependência étnica da Península Balkânica.

Mas se é certo que a Itália, sob os vários aspectos por que examinámos o assunto, estendeu a área da sua expansão além das fronteiras que as considerações geográficas e étnicas lhe indicavam, não é menos certo que, sendo Belgrado o centro político da Jugo-Slávia, a hegemonia dentro do novo Estado pertence naturalmente à antiga Sérvia, que pode ter, como tem de facto, uma tradição histórica interessante como nacionalidade autónoma e ciosa dos seus di-

⁽¹⁾ *Md.*, p. 424 e segs.

⁽²⁾ Maurice Zimmermann — *Ueifinographie de la frontière nord italienne (d'après Olinto Marinelli)* — "Ann. De Géogr.", 1920, p. 147 e segs.

reitos, mas não constitue um povo de cultura superior à dos seus irmãos jugo-slavos das antigas províncias austro-húngaras, antes pelo contrário lhes é culturalmente inferior. Mc Farlane, por outro lado, assevera que não foi um verdadeiro sentimento de parentesco que reuniu os jugo-slavos, mas antes a repulsão pelos vários povos —austriacos, magiares e turcos — pelos quais teem sido oprimidos. As muitas diferenças religiosas e culturais entre os vários povos reunidos na nova Jugo-Slávica aparecem-lhe como factos que se opõem à fácil formação dum forte sentimento de unidade nacional ⁽¹⁾. Economicamente a situação do novo Estado é também pouco segura. O seu futuro é um ponto de interrogação. Não é, porém, impossível que a Jugo-Slávica venha a ser um dia uma nação forte e próspera. A questão está em conseguir realizar a sua unidade interna e em tirar partido das energias nacionais e das condições do território. Teria sido, porém, melhor e mais seguro para o futuro da Europa reunir antes uma parte da actual Jugo-Slávica a uma grande e forte Confederação do Danúbio, em vez de aniquilar a Áustria e mutilar a Hungria como se fez.

Esta sofreu uma amputação importante com a perda do Banato, do qual uma parte, a ocidental, coube em partilha à Jugo-Slávica. Com o Batschka ao norte do Danúbio, a região cedida tem uma forma grosseiramente quadrangular desde o sul de Szegedin até ao norte de Belgrado, atravessando-a quasi em diagonal, de norte para sul, o Tisza, afluente do Danúbio. Geomorfologicamente esta região abrange já a planície do Banato e uma parte da bacia da Hungria: não é de modo algum balcânica sob o ponto de vista dos seus caracteres físicos. E, se é verdade que algumas manchas slavas nela existem, não é menos verdade, que numerosos Magiares são sacrificados, sobretudo na margem direita do Tisza, ao sul de Maria Theresiopel. Por outro lado a pequena estatura que Deniker aponta em grande parte do Banato está em oposição à alta estatura característica da raça adriática.

Com a Bulgária os limites da Jugo-Slávica correspondem em grande parte aos da Sérvia antes de 1914: houve no entanto algumas anexações à Jugo-Slávica, todas baseadas

⁽¹⁾ Mc Farlane — *Geographers and the reconstruction of Europe* — Op. cit., p. 95.

em considerações puramente estratégicas ⁽¹⁾ e com sacrifício de numerosos Búlgaros. Estes teêm sido incluídos no mesmo grupo étnico dos Sérvio-croatas e considerados Slavos do sul, mas a verdade é que há quem os considere descendentes das hordas tártaras vindas com o nome de Búlgaros dos confins da Rússia para os Balkans, onde se slavizaram perdendo a sua língua originária na ambiência slava (2). Sob o ponto de vista religioso como sob o das origens e da própria língua (ao passo que no sérvio há a declinação dos substantivos e falta o artigo definido, o búlgaro não declina os substantivos e possui o artigo definido), os Búlgaros se distinguem nitidamente dos Sérvios (3). Hinkovic diz mesmo que eles próprios se puzeram fora da grande *família* slava: o seu maior poeta faz acompanhar orgulhosamente o seu nome da designação de tártaro-búlgaro.

A Bulgária saiu diminuída do conflito em que tomou parte, mas sob o ponto de vista da extensão territorial não foi tão duramente reduzida como a Austria ou a Hungria. De 111.000^{kmq} passou a ter perto de 103.000 ⁽⁴⁾, mas perdeu a Trácia Ocidental e portanto a comunicação directa com o Mediterrâneo pelo Mar Egeu, comunicação que constituirá durante muito tempo um dos alvos mais tenazes da sua política e representava um factor importante da sua vitalidade e progresso nacional, em virtude de permitir a fácil exportação dos produtos agrícolas que são a principal riqueza do país. A nordeste a amputação definitiva do Dubrudja, que já lhe fora arrancado pela Roménia antes da última guerra, bem como a Silístria, constitue outro golpe na Bulgária, que não pôde deste modo utilizar como entreposto comercial as bocas do Danúbio senão por intermédio dos negociantes roménios. Emfim a repartição da Macedónia entre a Grécia e a Jugoslavia é ainda um golpe na sua tendência expansiva. E no entanto, se é certo que no Dubrudja, excepto nalgumas regiões, a área de influência étnica búlgara foi muito reduzida após a ocupação roménia, feita com hábil tino político, a Silístria é, sob o ponto de vista étnico, tártaro-búlgara, e

(1) A. Demangeon — *La Bulgarie* — "Ann. de Géogr.", 1920, p. 402.

(2) H. Hinkovic — *Les Yougoslaves. Leur passé, leur avenir* — "Rev. Anthropol.", Paris, 1916.

(3) A. Demangeon — *Op. cit.*, p. 410.

(4) *Ibid.*, p. 404. Deste trabalho utilisámos outros dados sobre a Bulgária,

do mesmo modo a Trácia Ocidental está quasi toda na área linguística búlgara (os Búlgaros já tinham feito importantes trabalhos de aproveitamento de portos egeus) e na Macedónia a influência búlgara alastrara consideravelmente graças a uma incansável acção de bulgarização, inteligentemente realizada, que encontrara facilidades em razão da simplicidade maior da língua búlgara e da acção conjugada dos sacerdotes da igreja búlgara e dos professores búlgaros. Os Macedónios consideravam ultimamente a Bulgária como o seu lar nacional, diz Demangeon; e Dominion, a seu turno, escreve que, sob o ponto de vista linguístico, a Macedónia constitue a transição entre a Sérvia e a Bulgária, mas que o Macedónio tem entretanto mais afinidade com o Búlgaro.

Demangeon calcula em uns 4 milhões de habitantes a população actual da Bulgária e em cerca de um milhão e duzentos mil os Búlgaros que ficam sob o domínio estrangeiro — isto é, muito mais da quarta parte da população que conserva a sua independência. Deve no entanto notar-se que os elementos alógenos na Bulgária são avaliados em cerca de 20 %, predominando entre esses elementos os Turcos. Uma pequena ampliação territorial que os vencedores concederam à Bulgária, à custa da Turquia, no noroeste de Andrinopla, nem de longe constitue uma compensação das perdas sofridas: de resto a população da região de Andrinopla é linguisticamente búlgara.

Desfalcada no capital humano e quanto às estradas comerciais, bem como entalada sob a ameaça militar dos Servios, dos Gregos e dos Romenos, a Bulgária apresenta entretanto, como poucas populações balcânicas, uma certa unidade nacional, que é o produto combinado do seu: regímen homogéneo de trabalho, da divisão da propriedade (que não é tão retalhada na Jugo-Slávia), da língua, e particularmente da religião, que é a duma igreja nacional e não de diferentes igrejas como na Jugo-Slávia. País com a necessidade de exportar os seus produtos agrícolas, sempre lutou pela conquista das comunicações que lhe permitissem um livre tráfico. Presentemente atravessa uma crise grave após um sonho momentâneo de hegemonia imperialista: não será de admirar que volte a dar que falar de si. A hipótese posta por Demangeon, de que venha um dia a associar-se com a Sérvia para quebrar o regímen de continentalidade em que acabam de a encerrar não parece provável: é mais provável que na química complicada do cadinho balcânico ela

venha a desempenhar ainda um papel bem individualizado e marcante: as suas características nacionais desde já o permitem prever.

A questão da Albânia não parece resolvida. A respectiva população mostra-se desprovida dum sentimento nacional e repartida em tendências diferentes: a formação do Estado albanês foi a satisfação do desejo que a Áustria tinha, de impedir a comunicação da antiga Sérvia com o mar. Depois da guerra, o problema albanês continua confuso. Esperemos pois. Sob o ponto de vista antropológico, os Albaneses, segundo os dados recentes de Pittard, são hiperbraquicéfalos, de face relativamente pouco alongada, leptorrínicos, de estatura muito alta.

O mesmo ponto de interrogação existe também neste momento sobre a estabilidade das ampliações territoriais gregas. O regresso do Rei Constantino ao trono e o afastamento de Venizellos conduzem a esperar uma revisão dos tratados na parte relativa à Grécia, que saiu da última guerra ampliando o seu território ainda muito mais além das fronteiras linguísticas do que já estava em 1914 ⁽¹⁾.

A Roménia ⁽²⁾ não se pode, a bem dizer, considerar um Estado balkânico, e hoje muito menos do que antes da guerra, em vista das suas enormes ampliações territoriais à custa da Hungria e da Rússia: a Roménia atinge presentemente a Europa Central, tendo ultrapassado os Alpes da Transilvânia para noroeste e indo arrancar aos Magiares alguns retalhos importantes da planície húngara e confrontar a norte com a Tcheco-Slováquia e a Polónia. Segundo Martonne, "a nova Roménia surge como uma das realizações mais felizes da ideia nacional, saídas da grande guerra". Não nos parece que possa ser uma feliz realização da *ideia nacional* esse Estado que tem cerca de 4 milhões de alógenos. Antes a nova Ro-

⁽¹⁾ Sobre antropologia dos Gregos, vi d., além de trabalhos já citados: E. Pittard — *Ethnogénie de la Péninsule des Balkans—Contribution à l'étude anthropologique des Grecs* — "Archives suisses d'Anthr. Générale", Genève, 1914-1915, p. 7 e segs.

⁽²⁾ Sobre a Roménia atual vd. especialmente: Em. de Martonne — *Essai de carte ethnographique des pays roumains* — "Ann. de Géogr.", 1920, p. 81-93 (com uma carta magnífica fora do texto); e do mesmo autor — *La Nouvelle Roumanie* — Id., 1921, p. 1-31. Muito interessante também o artigo de Dominion (*Op. cit.*, pp. 436 e segs.) sobre a área linguística roménia.

menta surge como a reprodução, em ponto mais pequeno, do antigo império austro-húngaro com a sua extraordinária complicação étnica.

A geografia física do novo Estado é extremamente variada, tendo por núcleo os Carpatos, os Alpes da Transilvânia, e o massiço do Binar, abrangendo na parte central a bacia da Transilvânia, e tendo como bordadura periférica as planícies da Valáquia (onde anteriormente se confinava quasi exclusivamente a Roménia), da Moldávia, Bessarábia e Bukovina, e a oeste uma faixa das planuras da orla da depressão panónica. A sudeste juntemos o Dubrudja. A esta pluralidade de regiões corresponde uma enorme variedade de produtos naturais e de recursos económicos: algumas das zonas anexas à Roménia são das mais ricas. Antes da guerra, o país roménio era um importante exportador de cereais e tinha uma grande riqueza petrolífera. Hoje graças à enorme ampliação territorial, os recursos agrícolas e o capital pecuário aumentaram imenso, mas onde o aumento é mais sensível é na indústria mineira: ao petróleo a actual Roménia pode juntar hulha, ferro, ouro, prata, sal gema, etc,

Os Romenos conservaram nas altitudes dos Alpes da Transilvânia a pureza da sua língua de origem latina, contra as investidas das hordas tártaras e slavas invasoras. A colonização e a ocupação que Roma fizera na Dácia, entre o Tisza e o Dniester, na primeira década do século n, explica a aparição desta sobrevivência da influência latina na região roménia actual. Ainda hoje nas elevações montanhosas a pureza roménia se mantêm ao passo que nas planícies abundam as influências e áreas alógenas.

A consulta das cartas linguísticas de Dominion e do próprio Martonne mostra bem que em vários pontos a nova fronteira política da Roménia ultrapassou a fronteira linguística, e no próprio interior do território se encontram importantes núcleos alógenos. Os Slavos abrangidos na nova área territorial roménia são mais de um milhão e a esse grupo pertencem Rutenos, Polacos, Sérvios, Slovacos, Búlgaros, etc. Os Alemães estão representados por cerca de 800.000 habitantes e os Magiares por um milhão e setecentos mil indivíduos. Há ainda Turcos, Judeus, Gregos, etc. A Bessarábia e o Dubrudja são, como parte do Banato, das regiões mais heterogêneas sob o ponto de vista étnico. O Dubrudja foi o centro de estudos de Pittard para o conhecimento da antropologia balkânica. Era, na sua expressão, como que um microscópio

étnico em que estavam representadas populações de todas as regiões dos Balkans, as mais distantes.

Antropologicamente a nova Roménia, como já um pouco a antiga, é bastante complicada. Os Romenos em geral são de estatura baixa ou pouco superior à média e de tendência dolicoide ou mesaticéfala, algumas vezes mesmo subbraquicéfalos. Mas Deniker aos Romenos que estavam sob o domínio austro-húngaro, atribue a hiperbraquicefalia. A verdade é que seria difícil encontrar homogeneidade somática nas populações falando o roménio.

Dos núcleos alógenos do interior da nova Roménia os mais importantes são germânicos e magiares na Transilvânia, entre Kronstadt e Bistritz. Quanto a Romenos que ficaram fora do território nacional o seu número não é elevado: uns quatrocentos mil na Ucrânia, cerca de cem mil na Bulgária e uns duzentos mil na Sérvia, sobretudo ao longo do Danúbio.

Sem ligação directa e independente com mares exteriores, nem porisso a Roménia deixou de sair desta guerra extraordinariamente engrandecida, e pelos recursos do seu território muito ampliado e posse das bocas do Danúbio e de comunicações fáceis com a Europa Central reúne condições para atingir enorme prosperidade: contra a sua unidade nacional milita entretanto a sua proporção imensa de alógenos.

Conseguirá ela assimila-los? Se assim for, o seu futuro > surgirá desanuviado. Mas os negociadores da paz, se tivessem atendido mais aos interesses gerais da Europa do que aos apetites dos seus aliados, deveriam ter feito uma divisão diferente dos Balkans, respeitando mais a unidade búlgara e reconhecendo a heterogeneidade real da pretendida unidade étnica jugo-slava. E, quanto às regiões danubianas, retalhadas arbitrariamente entre a Roménia, a Jugo-Slavia e a Bulgária, deveriam ter tomado decisões mais conformes com a multiplicidade de populações de várias origens étnicas que ali se teem acumulado. A pretendida internacionalização do Danúbio não dá resultados práticos sem o reconhecimento do verdadeiro carácter internacional das populações das suas margens, sobretudo no Banato e no Dubrudja.

O AJUSTE DE CONTAS COM A HUNGRIA

A Hungria dá um espectáculo de desagregação e mutilação que só tem equivalente no da Áustria. Os Magiares pagaram muito caro a sua colaboração com os Alemães da Áustria e da Alemanha na grande guerra. De 325.000^{km²} de superfície que possuía, a Hungria está reduzida a 91.000 e de 21 milhões de habitantes a menos de 8 milhões ⁽¹⁾. Limitada a oeste pela Áustria, a norte pela Tchéco-Slováquia, a leste pela Roménia, a sul pela Jugo-Slávica, ela participou largamente no engrandecimento territorial dos três últimos Estados. A nova fronteira húngara é, em geral, muito diferente da antiga. Se a norte se apoia um pouco sobre o Danúbio e o Ipól, e a sudoeste sobre o Drave, pode dizer-se que em raros trechos tem alguma coisa de *natural*, porque nem corresponde aos limites da grande bacia húngara que é uma das mais nítidas unidades geográficas da Europa, nem sequer (a não ser, em parte, do lado da Áustria e da Croácia) aos limites da área magiar. Estes, em alguns pontos, foram sacrificados por considerações estratégicas e em virtude de traçados ferroviários preexistentes, como do lado da Tchéco-Slováquia. Relativamente aos cumes dos Carpatos, a nova fronteira recuou consideravelmente para oeste e abandonou à Roménia a alta bacia da Transilvânia, à qual aliás estava bem ligada a tradição de ter sido, durante os maiores reveses húngaros, um centro activo de magiarismo.

Neste ponto, a preocupação das fronteiras pretensas naturais não acudiu intensamente ao espírito dos negociadores da paz, e, quando muito, houve o propósito de respeitar as nacionalidades de alguns alógenos da antiga Hungria, não tendo em vista o sacrifício de mais de 3 milhões de Magiares que ficam sob o domínio estrangeiro. As considerações económicas desempenharam também um forte papel, tendo-se em mira o enriquecimento dos Estados afectos aos vencedores. A diminuição da área cultivável da Hungria trouxe naturalmente uma redução das suas produções agrícolas: mas a diminuição é enorme nas florestas, que foram

⁽¹⁾ Eisenmann — *La nouvelle Hongrie*, op. cit., *passim*. Cf. também sobre a população: Oiufrida-Ruggeri — *Les bases nationales-ethniques*, etc., cit.; Deniker, etc.

reduzidas a 17 % da sua extensão anterior. A redução do capital pecuário e das suas indústrias é também grande. A sua população operária desce a dois quintos do que era em 1914; algumas indústrias passaram quási integralmente a novas mãos e o mesmo sucedeu a riquezas mineiras. Já não mencionaremos a perda de comunicações directas com o Adriático através das províncias dináricas.

Na verdade, a antiga Hungria estava longe de se confinar na planície húngara e de se reduzir à população magiar. Em 1910, mais de metade da população do Estado húngaro era alógena, e esta parte da população tinha uma situação política e económica formando contraste bem frsante com a condição privilegiada dos Magiares e Alemães. Mas, para se remediar este mal, caiu-se noutro mal.

Bem sabemos que era difícil, por exemplo, conciliar a situação relativa dos Romenos e dos Szeklers (Magiares da Transilvânia). Os Szeklers formam, mostra-o muito bem a carta de Ripley, uma área circundada de todos os lados por Romenos e sem ligação directa com os Magiares das steppes húngaras. Como respeitar neste caso as duas nacionalidades?

É em casos desta ordem (e o que se passa na bacia inferior do Danúbio está incluído neste número) que o regimen federativo, e não a sujeição duns ao domínio dos outros, teria grandes vantagens e lógica aplicação.

Os Húngaros constituem uma das ondas asiáticas que, como os Hunos e os Avars, seus predecessores, se despeñharam sobre as planícies do Danúbio e do Tisza. Desde a batalha de Augsburgo em 955, eles fixam-se na bacia do Tisza, cristianizando-se . mais tarde e formando uma nação estável. Em 1516, após a batalha de Mohacs, quási toda a Hungria cai nas mãos dos Turcos, ficando apenas a leste e noroeste focos de autonomia magiar. A Transilvânia constitue um desses focos e conserva a sua independência. Mais tarde os Turcos abandonam as steppes húngaras e recuam para os Balkans, dpnde recentemente seriam quási totalmente desalojados. A Áustria estende a sua área de domínio na Hungria, mas esta ultimamente tinha uma relativa autonomia dentro do império austro-húngaro, que era assim uma grande monarquia dualista.

A língua dos Magiares forma contraste com as línguas circundantes, latinas, germânicas ou slavas: é pertencente ao grupo uralo-altaico, aglutinativa, mas os Magiares adoptaram muitas palavras das outras línguas, como adoptaram o alfabeto

latino e o catolicismo. Sob o ponto de vista antropológico, estão incompletamente estudados. Os antigos Hunos passam por Mongolóides braquicefálos; o mesmo sucede com os Avars, mas Giuffrida-Ruggeri mediu em Budapesth alguns crânios de Avars e verificou que, em 39, só 5 eram mongolóides e braquicefálos; os restantes eram dólico-mesaticéfalos. Quanto aos actuais Húngaros, predomina neles a braquicefalia e a baixa estatura: Ripley nos seus actuais caracteres rácicos não descobre vestígios de mongoloidismo, e efectivamente os Szeklers cujos retratos ele apresenta não têm nada do mongoloidismo que Keane atribuía a esse grupo étnico. De acordo com alguns autores que consideram os Magiares, linguisticamente, mais afins dos Fino-Ugrianos do que dos Turco-Tártaros, Ripley acentua o predomínio da tendência para a pigmentação clara na população magiar, mas entende que, sob o ponto de vista da raça, esta é talvez composta por um oitavo de Fineses e 7/8 de origem alpina. (1).

A POLÓNIA RESSUSCITADA

A libertação da Polónia era uma das consequências mais lógicas da grande guerra. Os próprios impérios centrais a anunciaram como se não tivessem sido eles mesmos, com a Rússia, os agentes da sua opressão. Não pensavam os Polacos em reconstituir o velho Reino ou República da Polónia, estendendo-se numa área superior a 900 mil kmq. desde as costas do Báltico às do Mar Negro, e desde a Silésia, Brandeburgo e Pomerânia ao Dnieper, no apogeu da sua grandeza histórica, durante a qual era, depois da Rússia, o maior Estado da Europa. Se ela tivesse as fronteiras anteriores às suas três partilhas, a sua população actual subiria a 55 milhões de habitantes. Mas ela resignava-se agora a perder 10 milhões de Rutenos, uns dois milhões de Lituânios, um milhão de Letões e alguns milhões de Russos, reduzindo-se a sua superfície actual a uns 400 mil kmq. e a sua população a cerca de 30 milhões. (2) Ainda assim é um dos maiores e mais populosos Estados da Europa. Nos distri-

(1) Ripley— *The races of Europe* — Op. cit., pg. 435.

(2) E. Frankowski— *Polónia y su mision eu Europa* —Madrid, 1919.

tos de grande actividade industrial a densidade de população atinge 190 habitantes por kmq. ao passo que nos distritos agrícolas a densidade desce a cerca de 70 habitantes por kmq, (¹).

A geografia física condenou a Polónia a sofrer as fáceis violências de extranhos. A planície polaca, estendendo se a perder de vista dum e doutro lado do Vístula, oferecia campo aberto a incursões de invasores. Desde os Mongoes e Tártaros, que no século xni penetraram no sul apesar da sua resistência, chegando mesmo os primeiros até Breslau, na Silésia, até os Russos e Teutões que mais tarde a repartiram entre si —e sobretudo a Rússia e a Alemanha em vão se esforçaram por conseguir a desnacionalisação do bloco polaco — ondas sucessivas de invasores vieram pôr em risco a unidade nacional da Polónia, tirando partido das condições naturais tão pouco favoráveis ao isolamento desta população slava. Apenas ao sudoeste do curso superior do Vístula, se erguem as pequenas alturas do platô da Pequena Polónia servindo de degrau aos Besquides, prolongamento noroeste do arco dos Carpatos. Ao norte, o platô dos lagos Masurianos, de tão característica paisagem morénica, intercala-se entre o curso central do Vístula e a Lituânia. Os lagos de origem glaciaria abundam em todo o norte, e a costa báltica apresenta a sua feição tão interessante dos *kaffs*, orlados pelos *nehrungen*, cordões litorais delimitando aquelas lagoas. Mas do litoral báltico antigamente pertencente à Polónia, apenas ficou no território do novo Estado a estreita tira ocidental da baía de Dantzig, da Pomerélia, tendo o resto da baía sido repartido pelo novo Estado Livre de Dantzig e pela Prússia Oriental, que fica separada portanto do resto da Alemanha. Embora as aspirações polacas se estendam a parte da Lituânia, a verdade é que o novo Estado polaco perdeu as antigas comunicações com o Báltico na Lituânia, na Curlândia, etc.

A oeste, a fronteira polaca parte da foz do Piasniéz, passando a leste de Lauenburgo e de Schneidemühl, seguindo depois o curso do Netze até a leste de Driesen, passando depois a oeste de Birnbaum, inflectindo-se em Kopnitz para sudeste até ao sul de Rawitsch, donde se dirige para leste até a sudoeste de Ostrowo, indo a sul de

Kempen atingir o território da Alta Silésia submetido a plebiscito. Após esse território, encontra-se com a Tcheco-Slováquia, com a qual forma a fronteira de sudoeste, à qual se segue um trecho confinante com a Hungria e outro com a Roménia, na Bukovina e na Bessarábia. A leste, a Polónia confina com a Ucrânia e com a Lituânia, mas a sua fronteira oriental está ainda duvidosa pelo menos relativamente à Lituânia, à qual disputa a posse dos territórios de Vilna e Grodno depois da sua expansão victoriosa para leste por ocasião das suas lutas com o bojchevismo. russo. Um plebiscito será decerto realizado nessa região. Ao norte, a nova Polónia encontra o Báltico na estreita faixa entre o Piasnitz e o norte de Zoppot, contornando depois o Estado de Dantzig até ao Vístula que encontra ao norte de Dirschau e segue até ao sul de Weuenburgo, dirigindo-se em seguida para leste limitando a sul os territórios de Marienwerder e Allenstein, da Prússia Oriental (a região dos lagos Masurianos), inflectindo-se pouco a pouco para nordeste e norte, para, ao norte de Suwalki, atingir a Lituânia. A maior parte destas fronteiras estão longe de ser o que, em geral, se chama fronteiras naturais. A sul e sudeste algumas cristas montanhosas, entre as quais alguns trechos dos Carpatos, e a norte as zonas lacustres de Masurenland são, até certo ponto, dessa categoria, mas dum modo geral, sobretudo a leste e oeste, não há limites bem definidos da grande planície polaca, e a fronteira política não encontra assim apoio em traços da geografia física.

A área linguística do polaco ultrapassa a actual fronteira a noroeste na região de Lauenburgo, para além do Vístula entre Dirschau e Marienwerder, e ainda nas regiões da Silésia de Teschen que os Tcheco-Slovacos ficam dominando. Muitos Polacos abandonaram também durante os largos anos da opressão exírangeira o seu lar natal, e foram para regiões da Alemanha onde a opressão lhes surgia menos dura, como as províncias do Reno e outros centros industriais. E certo entretanto que aí se deixavam em geral desnacionalizar por um processo de germanização que era quasi completa na segunda geração ⁽¹⁾.

Mas pode afoutamente dizer-se que as actuais fronteiras do novo Estado polaco não coicidem com os limites

linguísticos do polaco num grande número de pontos, como entre o leste de Friedland e Wissek, entre o Netze e o Wartha, regiões em que englobam importantes áreas germânicas, e sobretudo a leste e a sudeste em que são abrangidas na Polónia enormes extensões de língua russa. E em grande número de centros urbanos da nova Polónia, como Putzig, (o entreposto polaco na baía de Dantzig), Bromberg, Nakel, Thorn, Glehvitze e tantos outros, os Alemães teem a maioria da população segundo os dados de Dominion, que consultámos. Antigamente, Breslau” na Silésia, era polaca: ao principiar a grande guerra, grande maioria da sua população era alemã.

Entre as tendências expansivas dos Teutões e dos Russos, os Polacos, a despeito de múltiplas violências que fazem da história do seu captiveiro um monumento de martírio, resistiram entretanto heróicamente à acção desnacionalizadora sobre eles exercida. É admirável como o sentimento nacional tão vivamente se manteve nesse povo de planícies varridas pelas vagas invasoras. Para isso contribuíram inegavelmente vários factores, entre os quais avultam as suas instituições e princípios sociais, a sua tolerância religiosa e a sua concepção do direito, e muito especialmente a sua religião católica que formava contraste com os credos diversos dos seus vizinhos, o protestantismo alemão e a ortodoxia russa. Mas não devem esquecer-se a antiguidade e desenvolvimento da sua magnífica literatura nacional, que abrange dois terços da literatura slava.

Entre os alógenos da Polónia figuram num lugar importante os Judeus, que estão para o resto da população numa proporção de 10 a 20 %. É o país da Europa que contém uma maior percentagem judaica,

Os Polacos são, em geral, de baixa estatura, tendências braquioides e cor relativamente clara: Ripley atribue-os à raça alpina, com o que está em oposição a pigmentação. Mas o seu índice cefálico, segundo os dados de Deniker, é mesaticéfalo ou duma braquicefalia moderada, acentuando-se essa braquicefalia com a ascensão às montanhas do sul e com a penetração dos Russos Brancos a leste. Quanto à estatura, o mesmo autor mostra na sua carta como ela aumenta a sul, subindo-se para as montanhas da Galícia, ao passo que na planície é baixa, mesmo por vezes muito baixa.

O território da Alta Silésia sujeito a plebiscito tem uma cerca de 13.000 km². e está intercalado entre os

Sudetes a sudoeste e o platô da Pequena Polónia a leste. Constitue-o, em grande parte, o platô de Tarnowiiz, e atravessa-o longitudinalmente o vale do Oder, que adeante vai passar por Breslau. É uma região de intensa concentração industrial e mineira, e a sua perda para a Alemanha será um rude golpe, sobretudo se notarmos, como Keynes, que a Alemanha antes da guerra necessitava anualmente de 110 milhões de toneladas de carvão para fazer face aos gastos de combustível com as suas indústrias e caminhos de ferro e que, com a perda da Alta Silésia e da bacia do Sarre, terá apenas 100 milhões, dos quais quarenta constituirão a hipoteca de guerra aos aliados e de que porcerio haverá ainda a descontar alguns milhões em vista da baixa da extracção, por causa da redução das horas de trabalho e outros motivos ⁽¹⁾.

Sob o ponto de vista linguístico, a região disputada é mais polaca do que germânica: apenas em alguns centros urbanos, como Oppeln, Gleiwitz, etc., os germanófonos predominam nitidamente sobre os Polacos. O mesmo sucedia na Silésia de Teschen que foi repartida entre a Tcheco-Slováquia e a Polónia, não cabendo aliás a esta última o melhor quinhão.

Faltam dados antropológicos sobre a região em questão: nem para o índice cefálico nem para a estatura sequer, há dados suficientes. Apenas temos presente a carta da frequência dos tipos morenos segundo as observações de Ranke nas creanças (2), e, nessa carta, a Alta Silésia aparece quasi toda no prolongamento da área que abrange a Galícia e a região de Cracóvia. Corresponde essa zona a uns 16-20 % de morenos, ao passo que nas regiões vizinhas da Boémia e da Morávia a percentagem de morenos sobe a mais de 20 % e pelo contrário no resto da Silésia prussiana desce em geral, como na Prússia, a menos de 16 % e até a menos de 10 %. Mas longe de nós pretender só em tal facto fundar o carácter polaco desta região. A língua fornece conclusões mais categóricas, e de resto não há uma raça polaca como não há uma raça boémia ou uma raça magiar.

As regiões de allenstein e Marienwerder na Prússia

(1) Mc Farlane — *Op. cit.*, p. 92.

(2) Ripley — *Op. cit.*, p. 222-223,

Oriental, consultadas sobre a nacionalidade preferida, optaram pela Alemanha. Na área dos lagos Masurianos, estas regiões, segundo Dominion, são povoadas por Polacos e Alemães, predominando flagrantemente os segundos na região de Marienwerder, a leste do Vístula, e pelo contrário predominando os Polacos na região de Allenstein, a sul da Prússia Oriental, menos nos centros urbanos como Allenstein, Lyck, Willenberg, etc. Segundo Martonne, o território é habitado pelos Masuros, que a Polónia reclamava em consequência do carácter slavo desta população, ao passo que a Alemanha afirmava que os Masuros, apesar do seu dialecto especial, estão perfeitamente germanizados. O plebiscito veio mostrar que nem sempre a língua é o factor fundamental das inclinações nacionais dos povos. A Alemanha conseguiu assim conservar sob a sua soberania uma área territorial igual à da Alsácia-Lorena que perdeu a ocidente.

Um ilustre etnógrafo polaco, Eugênio Frankowski (1), que se tem já ocupado de assuntos portugueses com a melhor proficiência, numa conferência que fez em Madrid sobre o seu país disse: "O papel da Polónia no passado e a sua missão na Europa para os tempos futuros está indicada muito claramente. Assim como na idade média salvou a Europa da invasão tártara em Lignitza (1241), abalou em Grunwald (1410) a Ordem Teuónica, venceu os Turcos em Viena (1683) salvando dum desastre iminente toda a Europa Central, hoje, guiada pelo mesmo sentimento, continua o seu papel de defensora detendo as hordas sangrentas do bolchevismo. E neste momento ela luta, não contra as ideias sublimes de liberdade, mas contra a forma de a propagar no mundo".

Vimos que há efectivamente na história da Polónia, mercê das condições geográficas do território, uma predeterminação evidente para ser um campo de batalha entre as ondas étnicas e tendências do ocidente e as do oriente. E, no entanto, que admirável unidade e patriotismo este povo tem sempre mostrado, graças a uma viva consciência nacional, à sua literatura esplêndida, às suas concepções do direito e instituições sociais! Depois de prolongado captivo,

a Polónia resurge, confirmando a letra do seu hino nacional, o hino de Dabrowsky: "A Polónia não morreu".

Mas, dentro dum frio critério, cabe perguntar se essa vitalidade não sofrerá risco algum, agora que esse simpático povo reconquistou a sua independência. Os recursos do território, tanto industriais, como agrícolas, são importantes. As relações com o Báltico far-se-hão pelo porto de Dantzig, que, apesar de constituir um Estado autónomo, dará livre trânsito aduaneiro às mercadorias da ou para a Polónia. A Galícia, étnica e geograficamente não polaca, fornecerá possivelmente, como a Silésia, grandes riquezas minerais.

Mas nem porisso a Polónia deixa de ser um campo aberto a todas as invasões de oeste ou de leste. E o *corredor* que estabelece a sua comunicação com o Báltico, representa urna enorme fraqueza estratégica, entalado como está entre a Prússia Oriental e a Prússia Ocidental. A tenaz germânica, ao primeiro rebate de luta, estrangulará essa comunicação cuja importância é vital para a Polónia.

A DESAGREGAÇÃO RUSSA

Não nos deteremos na análise dos aspectos da carta geográfica das nações do oriente europeu. De todos os novos Estados, saídos da desagregação russa, dão garantias de permanência a Finlândia ao norte, a Polónia e possivelmente a Ucrânia, a sul. Da Lituânia, da Letónia, da Estónia, eíc. é cedo ainda para as dar como Estados independentes e definitivos.

A Finlândia, prolongamento da Fenoscândia, a grande plataforma arcaica escandinava (*escudo escandinavo*, de Suess), que pouco a pouco se submerge sob as planuras russas a leste, constituindo a sua base, é um país de lagos, bastante nivela-do de molde a que a sua altitude média não passa de 150 metros, e com nítidas características da topografia glaciária. Os seus invernos são rigorosos: uma parte do território já é tundra. Em 1293 foi conquistada pela Suécia, mas no princípio do séc. XVIII passou ao domínio russo, e constituía em 1914 um grão ducado do império, dotado duma certa autonomia administrativa. A sua área

é de 373 mil Km². e a sua população de cerca de 2.600.000 habitantes.

Se sob o ponto da sua geografia física apresenta uma certa individualidade, não é menor a sua individualidade sob o ponto de vista linguístico, e mesmo em relação aos Russos sob o ponto de vista religioso, visto que os Finlandeses são protestantes desde o séc. XVI; sob o ponto de vista racial a homogeneidade da população não é absoluta, pois ao passo que a oeste prevalecem as estaturas superiores à média e altas, a leste há uma massa de Carélios, de baixa estatura. Relativamente ao índice cefálico, a sub-braquicefalia predomina, mas há grandes áreas de mesocefalia e de braquicefalia, indicando Deniker no território finlandês influências das raças oriental, nórdica e subnórdica da sua classificação. A norte os Lapões têm uma certa extensão, bem como na Suécia e Noruega.

O idioma finês é anárco, e estende-se a algumas regiões mais meridionais, como a Livónia e a Estónia. Entretanto, são muito importantes as influências suecas na costa finlandesa do Golfo da Bótnia e em outros pontos da Finlândia. As ilhas Aland, reclamadas pela Finlândia e pela Suécia, devem pelas condições linguísticas pertencer a esta última. Pela raça, pela língua, pelo próprio território, a Finlândia tem um carácter acentuadamente asiático ⁽¹⁾.

A RUÍNA DA EUROPA?

Um escritor francês, fazendo notar que muitos países ficaram descontentes com as decisões dos negociadores da paz e que essas decisões foram já seguidas mesmo por algumas guerras, como entre os Tcheques e os Polacos, entre estes e os Ukranianos, entre os mesmos e os Russos bolcheviques, entre os Romenos e os Jugo-Slavos, entre os Romenos e os Ukranianos, etc., diz: "Se fôssemos, pois, a julgar a obra realizada pelas suas primeiras consequências, pó-

(1) A carta política da Europa que acompanha este artigo, dá conta das principais modificações feitas. Foi elaborada sobre os estudos, notícias e cartas citadas no decurso deste trabalho e ainda sobre a recente carta de Payot. As fronteiras com a Rússia ficaram, quasi completamente, por traçar, em virtude da instabilidade reinante ainda no oriente europeu.

deríamos dizer que o Congresso que queria fazer reinar no mundo uma paz universal, não conseguiu senão estabelecer uma série de guerras cujo termo não será fácil prever". E, írancrevendo as palavras do antigo ministro dos Extrangeiros de França, Hanotaux, em que este mostra que as questões do Sarre, da Transilvânia, da Rússia, do mundo musulmano, etc. serão outras tantas causas futuras de guerras, conclue: "A conferência da paz tinha sonhado transformar o equilíbrio do mundo, esquecendo que tais equilíbrios são a obra dos séculos. A sua tentativa não fez senão criar germens de divisão entre os povos que tinham chegado a suportar-se mutuamente. Ela poderá ser citada como uma prova da impotência dos homens para tranformar por convenções o curso da história" (1).

Um dos alvos práticos dos vencedores fora o de aniquilar a Alemanha. Ninguém tem dúvidas sobre o resultado nesse ponto: não conseguiram o seu objectivo. Se a questão do carvão e das indemnizações é grave para o império vencido, é de crer que ambas encontrem solução. O território e a população que restam à Alemanha garantem-lhe formidáveis recursos, e convém reparar para o facto de a sua desagregação política pela derrota não trazer uma fragmentação dos Estados e uma situação social análoga à da Rússia. O resultado de alguns dos plebiscitos já realizados em territórios contestados! é duma eloquência impressiva. No sul do Schleswig, em Allenstein, em Marienwerder, as populações preferem a sua incorporação na Alemanha vencida, derrotada, à sua anexação a outros Estados dos que porventura em certos casos as aproximavam mais as afinidades de língua e os laços de sangue. Porque cometeram os aliados o erro de tratar com a unidade alemã em vez de tratarem em separado com os Estados componentes do Império? Porque houve desigualdade de tratamento para a Áustria-Hungria, que de resto bem merecia melhor sorte do que a Alemanha?

E neste ponto que a Conferência da paz foi duma infelicidade tremenda. Vimos já no decurso da nossa análise que o velho império dos Habsburgos foi pulverizado, em

(1) Oustave Le Bon — *Psychologie des Temps Nouveaux* — 1920, pgs. 269, 271 e 275,

obediência a considerações étnicas e linguísticas cujo valor em muitos casos é em extremo duvidoso e que, entretanto, frequentemente foram postas de parte por motivos estratégicos e económicos. Creou-se a Tcheco-Slováquia, país interior, ameaçado duma fácil absorção germânica. Entregou-se à Sérvia a tutela dos Slovenos, Croatas, etc., duma cultura relativamente superior, e sobre uma pretendida unidade étnica formou-se uma Jugo-Slávica, heterogênea pela língua e pela religião. Ampliou-se além das fronteiras étnicas e geográficas a Roménia, ao passo que se punham de parte essas considerações para a Bulgária, em desfavor desta. Na partilha da Silésia de Teschen entre a Tcheco-Slováquia e a Polónia, não se pode dizer que esta fosse bem tratada. Estendeu-se a Itália além da fronteira linguística no Tirol, na Ístria e na Carníola. Constituiu-se uma A'ustria minúscula, com uma capital excêntrica que contém um terço da população total do país: fechou-se-lhe a comunicação natural com o mar, fazendo-se de Trieste, que era o primeiro porto austríaco, um porto italiano de menor importância. E em seguida estranha-se que a população alemã da A'ustria se queira unir à Alemanha. A Hungria foi a seu turno impiedosamente mutilada, em detrimento da geografia, da etnologia, da linguística, dos interesses vitais do país.

A parte meridional da Europa central, sobretudo a A'ustria, foi enfraquecida, constituindo-se Estados que teem em si mesmos os germens da ruína. Em compensação a Alemanha ficou relativamente poupada. Não teria sido, melhor sob o ponto de vista das considerações geográficas, étnicas, estratégicas, do próprio interesse da Europa, separar da Alemanha uma grande parte do seu território ocidental que ficaria, com a Alsácia, constituindo uma Confederação Renana, que serviria, de escudo protector à França contra a sua vizinha de leste? Não teria sido melhor constituir, com as populações heterogêneas da região danubiana, uma Confederação Danubiana, muito forte, que desempenharia o papel de contrabalançar a sul o poder germânico do norte?

Agora recusa-se à A'ustria o direito que o princípio, tão proclamado, das nacionalidades consigna, de se associar à Alemanha. E no entanto pensamos, como Mac Farlane, que Viena desempenharia em relação a Berlim um papel descentralizador, garantindo-se assim, de certo modo, a estabilidade

das divisões feitas pelos aliados na Europa Central e Oriental ⁽¹⁾.

Se a guerra foi um factor formidável de decadência e de ruína para a Europa, a paz não veio remediar os males sofridos. Perdeu-se um capital humano enorme; cerca de nove milhões de homens foram as perdas definitivas, não falando nas da revolução russa nem na redução dos nascimentos e outras perdas indirectas. As colheitas, a produção industrial, os efectivos de gados sofreram enormes reduções. A crise de transportes é intensa.

E, ao passo que a Europa experimentou uma redução considerável da sua produtividade (a extracção de carvão diminuiu 35 % por exemplo) e diminuiu a intensidade das suas relações económicas com as próprias colónias, várias nações extra-europeias tomaram o seu lugar. Nos Estados Unidos, a *standardização* e o fabrico em série fizeram-nos passar ao segundo lugar entre as marinhas mercantes do mundo aproximando-se a sua tonelagem da da Grã-Breíanha (dez milhões de toneladas dos Estados Unidos para 1.8 milhões da Grã-Bretanha, em Julho de 1919) e excedendo-a na tonelagem dos navios em construção. Nova York está prestes a ser o primeiro, mercado de cacau. A navegação do Pacífico está quasi exclusivamente nas mãos dos japoneses e Americanos. As companhias australianas teem sido substituídas por aqueles, que chegam mesmo já a fazer o tráfico com colónias europeias. As exportações dos países sul-americanos aumentaram imenso (2). E a Inglaterra, que era antes da guerra o Estado economicamente mais importante do globo, tem hoje um tremendo desequilíbrio da sua balança comercial; nos nove primeiros meses de 1920 as suas importações excederam as exportações em 310 milhões de libras esterlinas ⁽³⁾.

Se é certo que a guerra desfalcou espantosamente os recursos da Europa, não é menos certo que os negociadores da paz não quizeram ou não souberam encarar de frente o desequilíbrio social e económico que tão fundamente está abalando esta parte da Terra. Em vez de terem em vista os interesses colectivos europeus, cuidaram apenas da satisfação

(1) Mc. Farlane — *Op. cit.*, p. 95.

(2) A. Demangeon — *Le déclin de l'Europe* — Paris, 1920, *passim*; P. Clergtt. — *Revue de Géographie économique* — *Revue Général des Sciences*, Paris, 1920, p. 217 e segs.

(3) *E'conomiste Français*, 1920, p. 647.

de alguns apetites nacionais e deixaram-se arrebatar por vagos platonismos para-scientíficos, na pretensão de subordinar a nova carta da Europa a considerações de ordem geográfica e linguística, que não são essencialmente significativas sob o ponto de vista económico e político. Evidenciámos plenamente como o princípio das nacionalidades teve em tantos casos uma aplicação fictícia ou inoportuna, de qualquer modo uma aplicação infeliz. E perante este facto assustador que é o da transferência da riqueza europeia para outros continentes, — causa possível duma próxima transferência de hegemonia —, e perante a grande revolução que converteu numa fornalha, ainda esbraseante, todo o Oriente europeu, as combinações feitas nas Conferências da Paz surgem como vagos e inúteis devaneios de políticos ambiciosos ou utopistas, devaneios que pouco ou nada representam deante do inexorável determinismo que conduz a Europa e a Humanidade para um destino desconhecido.

Porto, Universidade, Fevereiro de 1921.

A. A. MENDES CORRÊA.

